



AVANÇOS & **CONQUISTAS**
2014 - 2016
MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA





AVANÇOS & **CONQUISTAS**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
NOVEMBRO DE **2014** A NOVEMBRO DE **2016**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
JOSÉ RONY SILVA ALMEIDA

CORREGEDOR-GERAL
JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO

Coordenadora-Geral
ANA CHRISTINA SOUZA BRANDI

OUIDORA
MARIA CONCEIÇÃO DE F. ROLEMBERG

COLÉGIO DE PROCURADORES
JOSÉ RONY SILVA ALMEIDA (PRESIDENTE)
MARIA CONCEIÇÃO DE F. ROLEMBERG (SECRETÁRIO)
PAULO LIMA DE SANTANA (SUPLENTE DO SECRETÁRIO)

MEMBROS:
MOACYR SOARES DA MOTTA
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FILHO
MARIA CRISTINA DA G. E S. FOZ MENDONÇA
RODOMARQUES NASCIMENTO
LUIZ VALTER RIBEIRO ROSÁRIO
JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO
ANA CHRISTINA SOUZA BRANDI
CELSO LUÍS DÓRIA LEÓ
CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO
ERNESTO ANÍZIO AZEVEDO MELO
JORGE MURILO SEIXAS DE SANTANA
PAULO LIMA DE SANTANA
EDUARDO BARRETO D'ÁVILA FONTES

COMISSÕES PERMANENTES

ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
MARIA CONCEIÇÃO DE F. ROLEMBERG
CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO
JORGE MURILO SEIXAS DE SANTANA

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FILHO
RODOMARQUES NASCIMENTO
CELSO LUÍS DÓRIA LEÓ

SECRETÁRIO-GERAL DO MPSE
MANOEL CABRAL MACHADO NETO

ASSESSOR-CHEFE DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
EDUARDO BARRETO D'ÁVILA FONTES

Sergipe. Ministério Público de Sergipe
S484m

Relatório de Gestão Anual 2016 do Ministério Público do Estado de Sergipe
– Aracaju: Ministério Público do Estado de Sergipe, 2017

1. Ministério Público 2. Relatório

CDU : 347.921.5

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
AV. CONSELHEIRO CARLOS ALBERTO SAMPAIO, 505 – CENTRO ADMINISTRATIVO GOV. AUGUSTO FRANCO – BAIRRO: CAPUCHO
ARACAJU, SERGIPE – CEP: 49081-0000 – TEL: 79-3209-2400 – SITE: www.mpse.mp.br – E-MAIL: ouvidoria@mpse.mp.br



MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Os exercícios de 2015 e 2016 foram marcados por dificuldades financeiras oriundas da crise que atingiu o país e, conseqüentemente, os Poderes e Órgãos que fazem parte do setor público do Estado de Sergipe.

A partir do mês de novembro/2014, a Administração Superior foi levada a adotar uma série de medidas de contenção de gastos na área administrativa, com vistas a conformar as despesas à realidade orçamentária da Instituição.

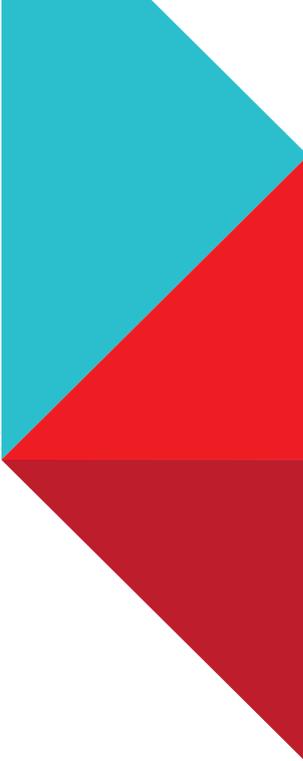
Mesmo com todos os percalços, temos trabalhado no intuito de minimizar prejuízos e honrar os compromissos com Membros e Servidores, com foco especial na atividade-fim, o que vem possibilitando ao Ministério Público de Sergipe realizar, com presteza, suas atividades em prol da sociedade.

Nesse contexto, considerando o término dos 2 (dois) primeiros anos como Procurador-Geral de Justiça, apresentamos o relatório anexo, com as principais realizações do Ministério Público de Sergipe, durante o período de novembro de 2014 a novembro de 2016.

Agradecemos a colaboração dos Membros, Servidores e demais integrantes deste Órgão Ministerial, tendo em vista que, apesar das dificuldades orçamentárias e financeiras enfrentadas, o inestimável apoio de cada um vem contribuindo para que a Instituição permaneça cumprindo sua missão constitucional.

JOSÉ RONY SILVA ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça



CRÉDITOS

EDITOR

Ministério Público do Estado de Sergipe

ORGANIZAÇÃO

José Rony Silva Almeida
Procurador-Geral de Justiça

Daniel Carneiro Duarte
Promotor de Justiça

José Ailton Nunes da Silva
Diretor de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil

Alessandra Souza de Santana
Assessora Institucional Operacional - Divisão Planejamento Estratégico e Projetos

Givanilson Santos de Jesus
Coordenador da Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatística

Érika Valéria Cabral Tavares Rezende
Assessora da Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos

Mara Rúbia Santos Macedo
Técnico do Ministério Público

Thamires Áthyna Mendonça da Rocha
Técnico do Ministério Público

PRODUÇÃO GRÁFICA, DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÃO

Vanderley dos Santos Rodrigues
Designer Gráfico

kássia Jamiller Nascimento Silva
Estagiária de Design Gráfico da Diretoria de Tecnologia da Informação

Nestor Alves Júnior
Estagiário de Design Gráfico da Diretoria de Tecnologia da Informação

Rafael Ramos Pereira
Estagiário de Design Gráfico da Diretoria de Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

RELACIONADOS À ÁREA FIM:

PROCURADORIA- GERAL DE JUSTIÇA	11
1. CRIAÇÃO DO GRUPO DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE EXECUÇÃO – GAEE	11
2. ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS COM UTILIZAÇÃO DE MOTOCICLETAS	11
3. CRIAÇÃO DO GRUPO DE COMBATE À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	11
4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MPSE.....	12
5. ADESÃO À CAMPANHA COMBATE À CORRUPÇÃO	12
6. DEFINIÇÃO DE NOVO MODELO DE GOVERNANÇA	12
7. ATENDIMENTO AO CIDADÃO.....	13
8. REGULAMENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À CONTRATAÇÃO DE BENS, OBRAS E SERVIÇOS.....	13
9. REGULAMENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13
10. PROJETO FLORESCEM	13
11. PROJETO FÊNIX.....	14
12. CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO PARA FORMAÇÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE COMBATE À CORRUPÇÃO NO ESTADO DE SERGIPE – FOCCO	14
13. CRIAÇÃO DA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA.....	15
14. GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - GNDH	15
15. DEMAIS CONVÊNIOS FIRMADOS.....	16
CORREGEDORIA-GERAL	19
16. PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE SISTEMAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	19
17. ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CNMP PERTINENTES AO RELATÓRIO CONCLUSIVO DA INSPEÇÃO REALIZADA PELA CORREGEDORIA NACIONAL NO MPSE EM 2014	19
18. ACOMPANHAMENTO E INTERMEDIÇÃO NO PREENCHIMENTO DOS SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	19
COORDENADORIA-GERAL	20
19. COORDENADORIA E CAOPS – PARCEIROS DO INTERIOR	20
20. SITES DA COORDENADORIA-GERAL E DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL	21
21. PROJETO COORDENADORIA EM AÇÃO.....	21
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	22
CAOP DAS ATIVIDADES CIVIS E CRIMINAIS	29
22. MANUAL DE GESTÃO DE GABINETE.....	29

CAOP DOS DIREITOS À EDUCAÇÃO	29
23. PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDO – PAE.....	29
24. FICHA E COMUNICAÇÃO DO ALUNO INFREQUENTE – FICAI	30
25. CENSO EDUCACIONAL E PÓS-CENSO EDUCACIONAL	31
26. PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL VITÓRIA DA SAGRADA FAMÍLIA	31
27. PROJETO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA EDUCAÇÃO – MPEDUC.....	32
28. ACOMPANHAMENTO DA DISCUSSÃO E DA APROVAÇÃO LEGISLATIVA DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO-PNE, EM TODO ESTADO DE SERGIPE.....	33
29. ACOMPANHAMENTO E APOIO NA FISCALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR NO ESTADO DE SERGIPE	34
30. ATUAÇÃO CONJUNTA COM AS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DOS DIREITOS À EDUCAÇÃO DE ARACAJU E DEMAIS COMARCAS SERGIPANAS.....	35
 CAOP DOS DIREITOS HUMANOS	 35
31. CARTILHA CALÇADAS LIVRES.....	35
32. GUIA DE ACESSIBILIDADE.....	36
33. CAMPANHA PRATIQUE CIDADANIA.....	36
34. POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DE SERGIPE	36
35. FISCALIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ABRIGAMENTO DE PESSOAS IDOSAS DA CAPITAL E DO INTERIOR.....	37
36. ATENDIMENTO AO PACIENTE PSIQUIÁTRICO EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIA	37
37. GUIA PRÁTICO PARA A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO.....	37
38. ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS DIA E DAS RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS	38
39. I CURSO DE CAPACITAÇÃO DE MEMBROS DE CONSELHOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.....	38
40. SEMINÁRIO INTERDIÇÃO PARCIAL: UM NOVO INSTITUTO	38
41. DIVULGAÇÃO DA SEMANA DE ATENÇÃO À PESSOA IDOSA INSTITUCIONALIZADA	39
42. PROJETO PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE	39
43. PROJETO PAVIMENTAÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA: DIREITO DE TODOS	39
44. PROTEÇÃO AO IDOSO INSTITUCIONALIZADO	40
45. SALVE – IDOSO.....	40
 CAOP DOS DIREITOS DA MULHER	 40
46. ATUAÇÃO NA COMISSÃO PERMANENTE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – COPEVID DO GRUPO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – GNDH.....	40
47. ATUAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO CONCRETIZANDO DIREITOS.....	41
48. IMPLANTAÇÃO DO SITE CAOP DOS DIREITOS DA MULHER.....	41
49. CARTILHA “CONHECENDO UM POUCO MAIS DA LEI MARIA DA PENHA”	41
50. VEICULAÇÃO DE CAMPANHA NAS CONTAS DE ÁGUA	42
51. SISTEMA SALVE MULHER	42
52. DISQUE 180.....	43
53. CONVÊNIO FIRMADO	43
54. PARCERIA COM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SERGIPE.....	43

CAOP DOS DIREITOS À SAÚDE	44
55. FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.....	44
56. PROJETO MP SAÚDE.....	44
57. PROJETO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DA MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE.....	45
58. PROJETO FRIGORÍFICOS REGIONAIS.....	46
59. SAÚDE DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA.....	46
60. FISCALIZAÇÃO DAS AMBULÂNCIAS E CAPACITAÇÃO DE SEUS CONDUTORES.....	46
61. IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR – SAD NOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS.....	47
62. FORTALECIMENTO DAS VIGILÂNCIAS SANITÁRIAS MUNICIPAIS.....	47
63. REGULARIZAÇÃO DO REGISTRO DOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS NO CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA E DO REGISTRO DO FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE NO CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA.....	48
64. SAÚDE MATERNO-INFANTIL.....	48
 CAOP DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	 48
65. DISQUE DIREITOS HUMANOS - 100.....	48
66. PROJETO TRANSFORMANDO PELA FÉ.....	49
67. S.I.A. – SISTEMA INFORMATIZADO DE ACOLHIMENTO.....	49
68. PROJETO PATERNIDADE RESPONSÁVEL.....	50
69. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	51
70. SEMINÁRIO SOBRE O “DIA 18 DE MAIO – DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES”.....	51
71. PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES.....	52
72. ÁRVORE DA SOLIDARIEDADE.....	52
73. SISTEMA DE AVISO LEGAL POR VIOLÊNCIA, MAUS TRATOS E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – SALVE.....	53
CAOP DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO	53
74. AGROTÓXICOS: EU SEI ONDE DESCARTAR!.....	53
75. MPSE - GESTÃO SUSTENTÁVEL.....	54
76. LUGAR DE ESGOTO É NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO.....	55
77. EU SEI SEPARAR. EU AJUDO A COLETAR.....	56
78. A MANGABA TEM ESPAÇO.....	56
79. A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PNRS EM SERGIPE.....	56
80. LOGÍSTICA REVERSA: RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA PELO DESCARTE REGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	57
CAOP DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.....	57
81. “DE OLHO NA TRANSPARÊNCIA” – MP E PARCEIROS INSTALAM FÓRUM PERMANENTE DE COMBATE À CORRUPÇÃO.....	57
82. OPERAÇÃO ANTIDESMONTE.....	58
83. SEMINÁRIO “CORRUPÇÃO, NÃO! – O MINISTÉRIO PÚBLICO NO ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO.....	58

CAOP DE PROTEÇÃO AO RIO SÃO FRANCISCO E ÀS SUAS NASCENTES	59
84. PROJETO NASCENTES DO SÃO FRANCISCO: O MP SALVANDO RIOS.....	59
85. PROJETO: IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE MEIO AMBIENTE ATIVA MUNICIPAL – REDMMA2.3.10.8. PROJETO ÁRVORE DA SOLIDARIEDADE.....	59
86. EVENTO “NASCENTES DO SÃO FRANCISCO”.....	60
87. CAPACITAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.....	60
88. EVENTO “EDUCAÇÃO AMBIENTAL – DIA DE CAMPO” DO PROJETO “NASCENTES DO SÃO FRANCISCO”.....	60
89. PROJETO DE APOIO AO CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR.....	61
90. INCLUSÃO DO PROJETO-PILOTO “NASCENTES DO SÃO FRANCISCO” NOS PROJETOS HIDROAMBIENTAIS DESENVOLVIDOS PELO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO.....	61
91. ACP EM FACE DO ESTADO DE SERGIPE E DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE (DESO).....	62
92. CONTATO COM AGÊNCIAS HIDROGRÁFICAS ENVOLVIDAS EM PROGRAMAS DE PAGAMENTO POR SERVIÇO AMBIENTAL.....	62
93. PORTAL DO CAOPSFN CRIADO NO SITE DO MPSE.....	62
94. FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA INTEGRADA – FPI.....	62
95. SIMPÓSIO REGIONAL EM REFLEXÃO AO DIA MUNDIAL DA ÁGUA.....	63
96. MESA REDONDA: IMPACTOS DA BAIXA VAZÃO NA BACIA DO SÃO FRANCISCO.....	63
97. ACOMPANHAMENTO DA ACP Nº 0002809-27.2002.4.05.8500 EM FACE DA COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF.....	64
98. CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM A ARQUIDIOCESE DE ARACAJU.....	64
99. ELABORAÇÃO DE KIT PARA EFETIVAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO.....	64
 CAOP DA SEGURANÇA PÚBLICA	65
100. PLANO PILOTO RELATIVO À SEGURANÇA PÚBLICA CONSOANTE AS ATRIBUIÇÕES AFETAS AO MPSE.....	65
101. MP DE SERGIPE PROTAGONIZA DEBATES E AÇÕES EM PROL DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	65
 CAOP DO TERCEIRO SETOR	66
102. PROJETO SISTEMA DE CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS - SCPJ.....	66
103. DESTINAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ÀS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS – PARCERIA ENTRE MPT E MPSE.....	66
104. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA SICAP – SISTEMA DE CADASTRO E PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	67
105. II – SEMINÁRIO DO TERCEIRO SETOR.....	67
106. PROJETO ONG TRANSPARENTE.....	67
107. II FÓRUM SOBRE O TERCEIRO SETOR.....	68
 GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	68
108. EXERCÍCIO LIVRE E INDEPENDENTE DAS FUNÇÕES CONSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	68
109. AQUISIÇÃO, REGISTRO, TRANSFERÊNCIA E PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO.....	68
110. AQUISIÇÃO DE COLETES BALÍSTICOS.....	69

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS AÇÕES CRIMINOSAS – GAECO	69
111. ATUAÇÃO PARA CRIAÇÃO DO FÓRUM DE COMBATE À CORRUPÇÃO EM SERGIPE	69
112. SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO DE MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS - SIMBA	70
113. DENÚNCIAS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	70

RELACIONADOS À ÁREA MEIO:

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	71
114. MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE GASTOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA	71
115. NEGOCIAÇÃO COM O EXECUTIVO	72
116. PROMOÇÃO DE MELHORIAS FINANCEIRAS PARA MEMBROS, SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS.....	73

AÇÕES INSTITUCIONAIS	73
117. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.....	73
118. ARBORIZAÇÃO DA ÁREA CIRCULAR DO EDIFÍCIO-SEDE	74
119. SISTEMA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA – REDOMA.....	74
120. DIÁRIO ELETRÔNICO DO MPSE.....	75
121. CAMPANHA DE DOAÇÃO DE SANGUE NO MPSE	75
122. REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE LICENÇA-PATERNIDADE.....	75
123. PROJETO ATENDIMENTO CIDADÃO	76
124. INTERIORIZAÇÃO	76
125. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA VIRTUAL DE PROMOÇÃO E REMOÇÃO DE MEMBROS DO MPSE	76
126. DESIGNAÇÃO DE ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	77
127. PROGRAMA DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO INSTITUCIONAL	77
128. COMISSÃO PERMANENTE DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	77
129. REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO	78
130. CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARA ADOÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS	78

ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	78
131. INFRAESTRUTURA	78
132. CONSTRUÇÃO DE SOFTWARE.....	79
133. MELHORIAS NO SISTEMA DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS - PROEJ	79
134. RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO	80
135. AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE MICROSOFT	80
136. SOLUÇÃO DE BACKUP CORPORATIVA MPSE.....	80
137. EXPANSÃO DA ÁREA DE STORAGE	81
138. EXPANSÃO E UPGRADE DE LÂMINAS DO DATACENTER.....	81
139. ATUALIZAÇÃO DAS LICENÇAS DE ANTIVÍRUS CORPORATIVO.....	81
140. RENOVAÇÃO DAS LICENÇAS DE VIRTUALIZAÇÃO	82
141. RENOVAÇÃO DA SOLUÇÃO DE FIREWALL.....	82
142. EXTENSÃO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DO DATACENTER.....	82
143. RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CIRCUITOS DE INTERNET DO MPSE.....	83

144. EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS PARA SERVIÇOS DO MPSE	83
145. AQUISIÇÃO DE UNIDADES DE MÓDULOS DE FIBRA ÓPTICA	83
146. AQUISIÇÃO/ CONTRATAÇÃO DE LICENÇAS DE ACESSO DE USUÁRIO PARA SERVIDOR DE CORREIO ELETRÔNICO	84
147. CONTRATAÇÃO DE SUBSCRIÇÕES DE LICENÇAS DE SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS	84

MISSÃO

Defender a Ordem Jurídica, o Regime Democrático e Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis, a fim de garantir a Cidadania Plena e o Desenvolvimento Sustentável.

VISÃO

Consolidar-se como Instituição moderna e proativa, objetivando cumprir integralmente sua missão constitucional, de forma autônoma, independente, eficiente e transparente, para a transformação da realidade social.

VALORES

PROBIDADE

Agir de forma reta e honesta, não somente de acordo com as normas, como também de acordo com a ética, dentro dos princípios de moralidade.

INDEPENDÊNCIA

Atuar com impessoalidade e autonomia em relação aos órgãos e agentes externos.

URBANIDADE

Demonstrar boas maneiras e respeito entre os cidadãos. Ter afabilidade, civilidade e cortesia.

PROATIVIDADE

Prever problemas e agir, de forma eficiente, para evitá-los ou amenizá-los.

EFETIVIDADE

Ser capaz de realizar tarefas com criatividade e atingir seus objetivos estratégicos, a fim de alcançar resultados perenes.

TRANSPARÊNCIA

Ter clareza de objetivos e acompanhamento de desempenho, mantendo a prestação de contas ao cidadão, de forma a promover o controle social.

RELACIONADOS À ÁREA FIM:

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

01

Criação do Grupo de Apoio às Atividades de Execução – GAEE



2015:

A iniciativa tem como objetivo melhor adequar e disciplinar as atividades de apoio institucional desenvolvidas pelas Divisões de Perícia Contábil, de Perícia Técnica (Engenharia e Arquitetura) e de Serviço Social.

02

Entrega de Correspondências com Utilização de Motocicletas



2015:

Contratação de empresa para prestação de serviços de “Motoboy”, que utilizam as motocicletas YS FAZER 150 ED da YAMAHA, adquiridas na gestão anterior, com vistas a atender às Promotorias de Justiça dos Municípios de: Aquidabã, Arauá, Aracaju, Campo do Brito, Canindé do São Francisco, Capela, Carira, Carmópolis, Cedro de São João, Cristinápolis, Frei Paulo, Gararu, Indiaroba, Itabaianinha, Itaporanga D’ajuda, Japaratuba, Laranjeiras, Malhador, Maruim, Neópolis, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Pacatuba, Poço Redondo, Poço Verde, Porto da Folha, Riachuelo, Ribeirópolis, São Cristóvão, Simão Dias, Tobias Barreto e Umbaúba.

03

Criação do Grupo de Combate à Improbidade Administrativa



2015:

Diante da necessidade de serem criados e fomentados mecanismos de apoio institucional aos Membros do Ministério Público de Sergipe – MPSE, dada a relevância constitucional e social da probidade na administração pública, a Procuradoria-Geral de Justiça criou e regulamentou, através da Portaria 1.329/2015, de 12 de maio de 2015, o Grupo de Combate à Improbidade Administrativa – GCIA.

O GCIA tem atribuição, quando solicitada a sua intervenção, para atuação conjunta nos trabalhos desenvolvidos pelos Procuradores ou Promotores de Justiça naturais de cada procedimento investigativo ou processo judicial.

04

Planejamento Estratégico do MPSE



2015:

Construção, com equipe própria, ou seja, sem contratação de Consultoria Externa, do Plano Estratégico Plurianual do Ministério Público de Sergipe / 2016 – 2019, marcando o início de um novo ciclo na Instituição.

2016:

Elaborado em 2015, o Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe 2016-2019 teve seu ciclo iniciado em 2016. Durante o exercício, a Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos prestou assessoria técnica quanto à tomada de decisões estratégicas, promovendo reuniões com o Comitê Gestor do Planejamento Estratégico – CGPE e com os Fóruns Permanentes de Resultados para a Sociedade – FPRS e de Resultados Institucionais – FPRI, órgãos de apoio ao CGPE nas Áreas Fim e Meio do MPSE, respectivamente, a fim de dar andamento à execução do Plano Estratégico da Instituição.

05

Adesão à Campanha Combate à Corrupção



2015:

O Ministério Público de Sergipe assinou a “Carta de Apoio Contra a Corrupção”, oriunda da Campanha do Ministério Público Federal: 10 Medidas Contra a Corrupção.

06

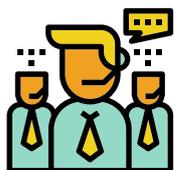
Definição de Novo Modelo de Governança



2015:

Implementação do Novo Modelo de Governança, através da Resolução 006/2015 – CPJ, de 21 de maio de 2015, do Colégio de Procuradores de Justiça, que instituiu o novo Comitê Gestor de Planejamento Estratégico - CGPE e criou o Fórum Permanente de Resultados para a Sociedade - FPRS, voltado para a área fim, e o Fórum Permanente de Resultado Institucionais - FPRI, voltado para área meio da Instituição, os quais funcionam como órgãos de apoio e assessoramento ao CGPE.

07 Atendimento ao Cidadão



2015:

Através da Portaria nº 1549/2015, de 03 de junho de 2015, foi regulamentado, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, o acesso à informação e criação do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, serviços disponibilizados à sociedade através do *site* deste Órgão Ministerial.

08 Regulamentação dos Procedimentos relativos à Contratação de Bens, Obras e Serviços



2015:

A Portaria nº 876/2015, de 24 de março de 2015, tem por objetivo mitigar os riscos envolvidos no processo de contratação de obras, serviços e aquisição de bens, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, a partir da regulamentação dos seus procedimentos e delimitação de responsabilidades.

09 Regulamentação dos Procedimentos relativos à Contratação de Solução de Tecnologia da Informação



2015:

Publicação da Portaria nº 2.082/2015, objetivando disciplinar, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, os procedimentos de contratação de solução de Tecnologia da Informação, dentre os quais, a necessidade de atualizar as rotinas que precedem as contratações de bens, obras e serviços e de vincular o procedimento de contratação à programação orçamentária da Instituição.

10 Projeto Florescer



2015:

Lançamento, no dia 01 de setembro de 2015, do livro “Um Outro Olhar”, segunda obra de autoria das mulheres do Presídio Feminino, em que relatam momentos de suas vidas, a partir de ideias formuladas durante as aulas da “Oficina das Palavras”, ministradas, voluntariamente, à época, pelo poeta e escritor Araripe Coutinho.

2016:

Em 2016, foram oferecidos cursos, mediante contrato firmado entre este Órgão Ministerial e a empresa Unicorte – Cursos de Capacitação Profissional LTDA., conforme tabela a seguir:

Cursos	Data inicial	Data Final	Participantes	Peças produzidas
1. De feltro	16/05/16	22/06/16	12	177
2. Patchwork costurado à mão	04/07/16	10/08/16	11	209
3. De pano de prato	22/08/16	12/10/16	12	117
4. De feltro	03/10/16	09/11/16	10	51
5. De costura criativa	24/10/16	30/11/16	11	141

11

Projeto Fênix



2016:

Resultante de um Termo de Cooperação entre o Ministério Público de Sergipe e a Fundação Renascer (entidade pública que operacionaliza e executa a Política Estadual de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente em situação de risco pessoal e social), o Projeto Fênix tem como objetivo implantar bibliotecas nas unidades que abrigam adolescentes em conflito com a lei.

Entre as ações inseridas no Projeto “Fênix”, estão a campanha permanente de arrecadação de livros e revistas infantojuvenis e vídeos educativos, bem como a disponibilização de peças de mobiliário oriundas do MP e compatíveis com ambientes de biblioteca. A finalidade é criar um ambiente propício, contribuindo para o enriquecimento da política de atendimento do Estado, minimizando a ociosidade através de atividades sistemáticas de leitura. Além disso, o projeto abrange a aquisição de aparelhos de TV e de DVD, doados pelo MP, que serão pedagogicamente instrumentalizados.

12

Celebração de Convênio para Formação do Fórum Permanente de Combate à Corrupção no Estado de Sergipe – FOCCO



2015:

Representantes do Ministério Público Federal - MPFSE, Ministério Público Estadual de Sergipe - MPSE e Controladoria Geral do Estado - CGE assinaram termo de cooperação técnica para a criação do Fórum Permanente de Prevenção e Combate à Corrupção no Estado de Sergipe - FOCCO-SE. Com o acordo, firmado

em 16 de junho, as instituições passam a atuar de forma articulada no combate à corrupção.

O objetivo do FOCCO-SE é integrar os órgãos de controle e estabelecer práticas uniformes para o diagnóstico, prevenção e repressão à corrupção. O Fórum também deve fomentar e reforçar o controle social e o compartilhamento ágil e eficiente de dados e documentos.

13

Criação da 2ª Promotoria de Justiça Criminal no Município de Estância



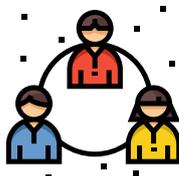
2016:

O Ministério Público de Sergipe estabeleceu mais um avanço para melhorar o atendimento à população e atender as novas demandas de crescimento do Município de Estância, com a criação da 2ª Promotoria de Justiça Criminal daquela cidade.

A criação da unidade foi disciplinada pela Resolução do Colégio de Procuradores de Justiça nº 012/2016-CPJ, de 27 de outubro de 2016, visando otimizar os serviços prestados pelo MP, ou seja, garantir que a tramitação dos processos seja feita em prazo razoável, evitando, com isso, o perecimento das provas e impunidade dos agentes criminosos.

14

Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH



2016:

O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Sergipe, Dr. José Rony Silva Almeida, estreou na Presidência do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH, abrindo os trabalhos da I Reunião Ordinária do ano, ocorrida na Bahia, no período de 04 a 06 de maio.

Em junho de 2016, o Procurador-Geral de Justiça de Sergipe, e Presidente do GNDH, participou da solenidade de encerramento do Curso de Aperfeiçoamento em Política e Gestão da Saúde Pública para o Ministério Público, no Rio de Janeiro. O Curso foi realizado em parceria entre o Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, Conselho Nacional de Procuradores Gerais – CNPG e Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP, e buscou contribuir para o enriquecimento da atuação institucional no campo da Saúde, com vistas à garantia dos direitos individuais e coletivos, por meio do fortalecimento do Sistema.

A 2ª Reunião Ordinária do Grupo foi realizada em novembro de 2016 e também contou com a presença do Presidente, que discursou no auditório do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, falando sobre o momento de crise econômica e social do País.



2015:

CBMSE, CEDUPI e COVISA-SE	Termo de Cooperação - fiscalização de Instituições de Longa Permanência para Idosos situadas em todo o Estado de Sergipe, estabelecendo-se um Grupo de Trabalho permanente com tal finalidade, verificando as suas condições de funcionamento
Colégio Arquidiocesano "Sagrado Coração de Jesus"	Acordo de Cooperação (Estágio não obrigatório) – Desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008
Colégio Ômega Ltda.	Acordo de Cooperação (Estágio não obrigatório) – Desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008
Colégio Pio Décimo	Acordo de Cooperação (Estágio não obrigatório) – Desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008
Conselho Regional de Odontologia de Sergipe	Termo de Cooperação - Estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente de fiscalização, visando assegurar o cumprimento das normas que regem a atividade sujeita ao CRO/SE, com vistas a uma melhor implementação das atribuições legais que lhes são confluentes e, em especial, para promoção de assessoramento científico ao MPSE em atos que demandem assunção de responsabilidade técnica em prol da instrução de procedimentos judiciais ou investigativos patrocinados ou presididos por seus Membros
Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe - DETRAN	Termo de Cooperação Técnica - O acesso à <i>internet</i> a consultar os registros do banco de dados do DETRAN pelos Membros e/ou Servidores do Ministério, através da disponibilização de senha e <i>software</i> , objetivando o acesso às informações cadastrais de veículos, proprietários e condutores, apenas para fins de consulta e impressão dos dados acessados sobre bens móveis, de pessoa física ou jurídica e condutores habilitados em procedimentos em tramitação ou de interesse do Ministério Público
Faculdade AGES	Acordo de Cooperação (Estágio não obrigatório) – Desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008
Faculdade São Luís de França	Acordo de Cooperação (Estágio não obrigatório) – Desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE	Termo de Cooperação Técnica e Científica - Desenvolvimento de um programa de cooperação técnica e científica mútua, buscando aumentar a eficiência das atividades relacionadas ao velamento das fundações e acompanhamento das entidades de interesse social que atuam no Estado Sergipe e, simultaneamente, proporcionar a realização de atividades científicas, a capacitação acadêmica e o desenvolvimento profissional dos alunos, pesquisadores e professores da Fipe, o que se dará através da utilização dos Softwares que integram o "Sistema de Cadastro e Prestação de Contas" (doravante "Sistema") pela Procuradoria e do fornecimento de parte dos dados nele inserido e armazenado à Fipe
Ministério Público Federal	Acordo de Cooperação Técnica - Transferência de tecnologia para o recebimento e processamento de informações advindas do Sistema de Investigação de Movimentação Bancárias – SIMBA, o qual é composto de sistema de informática e de suporte técnico capaz de auxiliar na análise de quebras de Sigilo Bancário com a utilização de relatórios parametrizados, agilizando os procedimentos investigativos

Ministério Público Federal – PR/SE, Controladoria Regional da União – CGU/SE, Tribunal de Contas da União – SECEX/SE e Controladoria-Geral do Estado de Sergipe (Fórum Permanente de Combate à Corrupção no Estado de Sergipe – FOCCO)	Termo de Compromisso de Cooperação - Ampliar e aprimorar, de modo expresse e efetivo, a integração entre as instituições e órgãos públicos compromissados, nas diversas esferas da Administração Pública com atuação no âmbito do Estado de Sergipe, com o intuito de desenvolvimento de ações direcionadas ao: 1.diagnóstico, prevenção e repressão à corrupção; 2.incentivo e fortalecimento do controle social; e 3.tráfego de dados e documentos.
Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos - SEIDH	Termo de Cooperação Técnica - Execução de cooperação entre as partes, para proporcionar às crianças e aos adolescentes o formal reconhecimento da paternidade e o conseqüente direito de percepção da pensão alimentícia, inserindo-as na sociedade de acordo com seus paradigmas, conforme fins que se especificam
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC	Termo de Cooperação - Melhorar a execução do Programa de Apoio ao Estudo e de Incluir o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC como parceiro
Sociedade de Educação Tiradentes	Termo de Parceria - Concessão de descontos nos cursos de Graduação e Pós-Graduação ofertados pela Universidade Tiradentes – UNIT
Tribunal de Contas do Estado de Sergipe	Acordo de Cooperação Técnica - A disponibilização de equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe para auxiliar os membros do Ministério Público nos procedimentos e/ou processos judiciais pertinentes
Tribunal de Justiça de Sergipe	Convênio - Possibilitar o compartilhamento das informações nos Bancos de Dados dos Convenientes e da rede do Tribunal de Justiça, além da conexão das estações de trabalho do Ministério Público localizadas nos prédios do Poder Judiciário
Unicurso Ensino Ltda. (Curso e Colégio Unificado)	Acordo de Cooperação (Estágio não obrigatório) – Desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008

2016:

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe - CREA/SE	Termo de Mútua Cooperação Técnica - Visando estabelecer mecanismos de ação conjunta e eficiente de fiscalização, de forma a assegurar o cumprimento das normas de ordem urbanísticas e ambiental, envolvendo a elaboração de requisitos e a sua operacionalização
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região – CREFITO-7	Termo de Adesão ao Termo de Cooperação - Firmar um acordo de cooperação técnica, científica e operacional entre as partes celebrantes, de forma a estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente de fiscalização, visando assegurar o cumprimento das normas que regem a atividade sujeita ao CREFITO-7, com vistas a uma melhor implementação das atribuições legais que lhes são confluente e, em especial, para promoção de assessoramento científico ao MPSE em atos que demandem assunção de responsabilidade técnica em prol da instrução de procedimentos judiciais ou investigativos patrocinados ou presididos por seus Membros. Início: julho/2016. Vigência: 60 (sessenta) meses
Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe e a Escola Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe	Convênio - Cooperação técnico-administrativa com vistas à realização pelas partes convenientes, conjunta ou isoladamente, de cursos de aperfeiçoamento, seminários e outros eventos na área de Direito e afins, destinados a Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe, bem como Juizes Eleitorais e servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe e outros convidados indicados e aceitos pelos convenientes. Início: junho/2016. Vigência: 48 (quarenta e oito) meses
Fundação Renascer do Estado de Sergipe	Termo de Cooperação - Implantação de bibliotecas nas unidades vinculadas a Fundação Renascer, com vistas à ressocialização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado, através do estímulo da leitura e do desenvolvimento de atividades educativas. Início: junho/2016. Vigência: 05 (cinco) anos

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	Acordo de Cooperação Técnica - Proteção dos bens, valores e direitos relativos às máquinas e equipamentos doados a prefeituras no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Vigência: 03 (três) anos. Início: janeiro/2016
Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça	Acordo de Cooperação - Subsidiar a implantação e o funcionamento de um laboratório no âmbito do MPSE, cuja finalidade é propiciar apoio às atividades finalísticas do MPSE, no tocante à recuperação de ativos, assim como para ingresso na REDE-LAB. Início: maio/2016. Vigência: 05 (cinco) anos
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Termo de Cooperação Operacional - Consecução de esforços para alimentação e o uso conjunto do sistema institucional de transparência e integração com a sociedade - Consumidor Vencedor, voltado para o fortalecimento da atuação do Ministério Público na tutela coletiva consumerista
Ministério Público Federal	Termo de Cooperação Técnica - Intercâmbio e à Cooperação Técnica Relacionados à Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica. Vigência: 60 (sessenta) meses. Início: março/2016
Poder Judiciário do Estado de Sergipe, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Superintendência de Polícia Civil	Termo de Cooperação - Cooperação visando disseminar da cultura de utilização de métodos alternativos de solução de conflitos, notadamente a Conciliação e Mediação junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Projeto Acorde). Início: maio/2016. Vigência: 60 (sessenta) meses
Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos e a Secretaria de Estado da Segurança Pública	Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica - O estabelecimento de condições para adesão de empresas voluntárias que se disponham a cooperar para o atingimento das metas e prioridade estabelecidas no Termo de Cooperação Técnica e no 1º Termo Aditivo, celebrado entre os órgãos acima mencionados, tendo este o objetivo de desenvolver o Programa de Apoio ao Estudo -PAE. Início: junho/2016. Vigência: 05 (cinco) anos
Ministério Público do Estado de Sergipe e a Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos	Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica - Alterar a Cláusula Terceira – Do Prazo de Vigência do Termo de Cooperação Técnica nº 005/2015, assinado pelos partícipes em 26 de agosto de 2015, dilatando o seu prazo para 04 (quatro) meses consecutivos, de acordo com as justificativas apresentadas pelo Proponente. Início: agosto/2016. Vigência: até 31 de dezembro de 2016
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Governo do Estado de Sergipe, Defensoria Pública do Estado de Sergipe e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Sergipe	Termo de Cooperação Operacional - Visando ao Procedimento de alistamento e à instalação de seções eleitorais especiais nos estabelecimentos prisionais e unidades de internação

CORREGEDORIA-GERAL

16

Projeto de Capacitação de Sistemas do Ministério Público



2015 e 2016:

Promotores e Servidores contaram com treinamento detalhado sobre os Relatórios a serem enviados e Sistemas a serem preenchidos regularmente nas Promotorias de Justiça em que viessem a ser lotados, realizado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público.

17

Atendimento às determinações do CNMP pertinentes ao Relatório Conclusivo da Inspeção realizada pela Corregedoria Nacional no MPSE em 2014



2015:

Diante de um resultado geral positivo, no tocante à atuação da Corregedoria-Geral do MPSE, foram adotadas medidas visando atender determinações pontuais observadas no Relatório Final da Inspeção do CNMP, a exemplo do monitoramento temporário na utilização do Sistema Arquimedes, pelas Promotorias Criminais de Nossa Senhora do Socorro e a realização de Correições extraordinárias em determinadas Promotorias de Justiça.

18

Acompanhamento e Intermediação no preenchimento dos Sistemas do Conselho Nacional do Ministério Público



2016:

O Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP determinou que as Corregedorias-Gerais de cada Ministério Público intermedeiem a obtenção de dados referentes às Resoluções daquele Órgão, de números 20 (Delegacias Estaduais), 36 (Interceptações Telefônicas), 56 (Visitas a Unidades Prisionais), 67 (Visitas a Unidades Socioeducativas) e 71 (Visitas a Unidades de Abrigamento), validando os relatórios enviados pelas Promotorias de Justiça que possuam atribuição para preenchê-los.

A correta informação dos dados obtidos pelas Promotorias de Justiça fornece ao CNMP amparo para a adoção de políticas e/ou medidas referentes aos diversos objetos de cada Resolução, respeitando as diferentes realidades encontradas em cada Estado.



2015:



Diante da necessidade de aproximar as Promotorias de Justiça dos Centros de Apoio Operacional, órgãos que nasceram para apoiar e dar suporte aos Promotores de Justiça nos diversos campos de sua atuação, a Procuradoria-Geral de Justiça implantou o Projeto Coordenadoria e CAOps – Parceiros do Interior.

A iniciativa, que tem como principal característica a realização de encontros regionais, visa estreitar a parceria entre a Coordenadoria-Geral, CAOps e Promotorias de Justiça do interior de Sergipe, e facilitar as atividades desenvolvidas por estas, prestando todo suporte necessário, seja através de material de apoio, seja do intercâmbio de experiências de projetos exitosos desenvolvidos pelos CAOps.

Durante o ano de 2015, foram realizados 04 (quatro) encontros, respectivamente, em Itabaiana, Aracaju, Propriá e Estância, nos meses de março, maio, setembro e novembro, conforme detalhado abaixo, que cobriram praticamente todo o Estado, propiciando, assim, significativo incremento da aproximação e do diálogo com as Promotorias de Justiça do Interior.

Encontros realizados em 2015

Microrregião	Local	Data	Promotorias de Justiça
1ª	Itabaiana	31/03/2015	Campo do Brito, Frei Paulo, Itabaiana, Malhador, Nossa Senhora das Dores, Simão Dias, Tobias Barreto e Poço Verde
2ª	Aracaju	19/05/2015	Barra dos Coqueiros, Carmópolis, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo e São Cristóvão
4ª	Propriá	29/09/2015	Aquidabã, Capela, Cedro De São João, Gararu, Japaratuba, Neópolis e Pacatuba
5ª	Estância	10/11/2015	Araúá, Boquim, Cristinápolis, Itabaianinha, Indiaroba, Lagarto, Umbaúba e Estância

2016:

Em 2016, durante o 5º e último encontro, em Nossa Senhora da Glória, foram apresentados projetos como o "ONG Transparente", "MP na Defesa do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica", "Salve Idoso", "Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos", "Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo", "Enfrentamento à Violência contra a Mulher", "Nascentes do São Francisco: O MP Salvando os Rios" e "Ministério Público pela Educação – MPEduc".

**2015:**

Criação dos novos *sites* da Coordenadoria-Geral e Centros de Apoio Operacional.

Entre as principais novidades da nova página da Coordenadoria-Geral, destacam-se a possibilidade de requisição remota de exclusão de trâmites e a alocação e exclusão de Membros no sistema PROEJ.

Já no tocante aos Centros de Apoio, a maior inovação diz respeito à individualização da página de cada CAOp, ou seja, diferentemente do Portal do CAOp anterior, que trazia todos os Centros de Apoio num único endereço eletrônico, agora, cada Centro de Apoio tem sua própria página, com conteúdo específico, disponibilização dos Sistemas informatizados atrelados a cada CAOp, além de vasto material de apoio.

**2016:**

Em agosto de 2016, a Coordenadoria-Geral do MPSE lançou o Projeto Coordenadoria em Ação, cujo objetivo é ofertar apoio aos Promotores de Justiça responsáveis por Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis e Inquéritos Cíveis antigos.

O Projeto abrange todas as Curadorias do Ministério Público de Sergipe, da Capital e do Interior do Estado, e tem como finalidade precípua impulsionar procedimentos preparatórios ou inquéritos cíveis iniciados há mais de 05 (cinco) anos, através de uma atuação conjunta da Coordenadoria e dos Centros de Apoio Operacional, elaborando minutas de peças, que são apresentadas ao Promotor Natural, que tem total liberdade para aceitar ou não as sugestões apresentadas.

Dando início à execução da iniciativa, no mês de outubro, foram analisados os procedimentos referentes à área da Saúde, até o limite máximo de 03 (três) procedimentos por Promotoria de Justiça. Seguindo a linha exitosa do primeiro mês, em novembro, os esforços foram concentrados nos procedimentos preparatórios e inquéritos cíveis das áreas do Patrimônio Público, do Meio Ambiente, do Controle Externo da Atividade Policial e do Sistema Prisional.

Eventos realizados pela Escola Superior do Ministério Público, em **2015**, a exemplo dos elencados na tabela a seguir:

Mês/2015	Evento	Tema	Palestrante(s)
Março	“Violência contra a mulher em debate: inquietações e possibilidades”	Profundar e discutir o tema sob diversos aspectos, como o tratamento do agressor e o acolhimento da mulher violentada	Fernanda Hermínia Oliveira Souza, Mara Cabral Monteiro Pontes, Elaine de Souza Cordeiro, Fernanda Simplício Cardoso, Bruna Diniz
	Nascentes do São Francisco - Capacitação dos Conselhos Municipais Ambientais	Promover as bases de estruturação dos sistemas municipais de gestão ambiental a partir da capacitação de seus integrantes para que possam exercer com eficiência e autonomia as ações necessárias à execução do Projeto de Restauração e de Conservação de Nascentes no seu Município.	Allana Rachel Monteiro B. Soares Costa, Rossini Ferreira Sena, Vera Lúcia Silva Cardoso, Valdinete Paes Silva de Jesus, Carlos Augusto Carvalho Messias, Vera Lúcia Silva Cardoso
	Projeto “MP de Portas Abertas	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça - Coordenador de Ensino da ESMP-SE
	Projeto “MP de Portas Abertas”	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça - Diretor-Geral da ESMP-SE
	1º Encontro para Construção do Novo Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe	Construir objetivos estratégicos que permitam ao Ministério Público cumprir com a sua missão institucional e realizar a sua visão de futuro.	Adgenison Santana do Nascimento, Adriano Márcio S. de Lima, José Ailton Nunes da Silva, Paulo José Francisco Alves Filho
Abril	Seminário “O Ministério Público e o Combate à Criminalidade”	Discutir os mecanismos necessários para o combate à criminalidade.	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, Luís Cláudio Almeida Santos, Álvaro Rogério Duboc Fajardo
	Curso de Capacitação de Membros de Conselhos Estaduais e Municipais	Proporcionar a explanação de temas como: Legislação Nacional sobre conselhos, os Fundos públicos, o Projeto para Captação de Recursos, e a Prestação de Contas.	Wilson Abascal Pastorini
	Projeto “MP de Portas Abertas”	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça - Diretor-Geral da ESMP-SE
	Projeto “MP de Portas Abertas”	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça - Diretor-Geral da ESMP-SE
	Projeto “MP de Portas Abertas”	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça - Coordenador de Ensino da ESMP-SE

Abril	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça - Coordenador de Ensino da ESMP-SE
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça - Diretor- Geral da ESMP-SE
Maio	2º Encontro para Construção do Novo Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe	Construir objetivos estratégicos que permitam ao Ministério Público cumprir com a sua missão institucional e realizar a sua visão de futuro.	Paulo José Francisco Alves Filho, Alessandra Souza de Santana
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça - Coordenador de Ensino da ESMP-SE
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça - Coordenador de Ensino da ESMP-SE
	Atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri - do Inquérito ao Plenário	O curso teve o intuito de aprimorar a atuação do Promotor no Tribunal do Júri, buscando a eficiência e eficácia. Durante o curso foram discutidas as técnicas de acusação, de como proceder durante a fase de inquérito, entre outras questões.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça - Coordenador de Ensino da ESMP-SE
	Seminário "O Ministério Público e o Combate à Corrupção"	Capacitar Membros e Servidores a respeito do tema, com abordagem teórica e prática, foi apresentado durante o evento a lei da Improbidade administrativa e estratégias para o combate à corrupção.	Marcelo Zenkner, Fábio Medina Osório
	Seminário "Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes"	Conscientizar e mobilizar a sociedade sobre a gravidade da problemática através de palestras e apresentações de projetos e pesquisas relacionadas ao tema.	Ruth Conceição Farias Santos, Josevanda Mendonça Franco
	Curso Prático de Improbidade Administrativa	Capacitar o público-alvo acerca dos principais aspectos práticos que envolvem a aplicação da Lei de Improbidade.	Alexandre Albagli Oliveira, Henrique Ribeiro Cardoso, Bruno Melo Moura
	3º Encontro para Construção do Novo Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe	Construir objetivos estratégicos que permitam ao Ministério Público cumprir com a sua missão institucional e realizar a sua visão de futuro.	Alessandra Souza de Santana
Junho	III Seminário do Terceiro Setor	Discutir a atual legislação do Terceiro Setor. Foram discutidos: a disciplina do novo regime jurídico das parcerias voluntárias, os termos de fomento e colaboração, a transparência na prestação de contas e a relevância do efetivo controle social, com base na Lei nº 13.019/2014.	Ana Paula Machado Costa Meneses, Ângela Dantas Mendonça, José Eduardo Sabo Paes, Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes, José Antônio França, Marcelo Henrique dos Santos, Airton Grazioli
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Laelson Alcântara de Pontes Filho - Promotor de Justiça
	Ciclo de Capacitação em Perícias - Perícia Médico-Legal	Fornecer subsídios técnicos para auxiliar os Promotores de Justiça na interpretação dos laudos elaborados pelos médicos legistas de Sergipe.	José Raimundo de Melo
Julho	Projeto "Ministério Público pela Educação – MPEDUC"	Implementar melhorias no cenário educacional, avaliando a qualidade da educação oferecida em cada escola.	Ramiro Rockenbach da Silva Matos Teixeira de Almeida, Alexandro Sampaio Santana

Julho	Audiência Pública "Implementação do SINASE já! - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Redução não é Solução"	Ouvir o Sistema de Garantia de Direitos e a Sociedade Sergipana, para enfatizar a desnecessidade da redução e da PEC 171, além de discutir que a implementação de políticas públicas é mais eficiente do que a proposta de redução da idade penal	Andrea Depieri
Agosto	Seminário - Interdição Parcial: Um Novo Instituto	Capacitar sobretudo os operadores do Direito que atuam nas hipóteses de Interdição, disseminando entre os mesmos uma cultura que estimule, quando cabível, a Interdição Parcial, visando adequar o Instituto aos princípios estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, incorporada ao nosso Ordenamento Jurídico através do Decreto Legislativo nº 186/2008, promulgado pelo Decreto nº 6.949, de 25/08/2009.	Maria Aparecida Gugel, Luiz Cláudio Carvalho de Almeida
	Curso Checklist de Licitações e de Contratos Administrativos	Contribuir para o aperfeiçoamento dos Membros e Servidores do MP/SE sobre os procedimentos relativos à contratação pela Administração Pública.	Fábio José da Silva
Setembro	Projeto "MP de Portas "	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça - Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça - Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE
	Ciclo de Palestra durante o Curso de Formação para Agentes e Escrivães da Polícia Civil do Estado de Sergipe	Colaborar com a formação dos novos Agentes e Escrivães da Polícia Civil do Estado de Sergipe	Jarbas Adelino S. Júnior, Luciana Duarte Sobral, João Rodrigues Neto, Leydson Gadelha Moreira e Alexandre Albagli
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça - Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE
	Fórum "De olho na Transparência"	Conscientizar a importância do Direito Fundamental à Informação Pública, bem como à Transparência na Administração Pública. Audiência Pública de instalação do FOCCO Sergipe e Lançamento da campanha "De olho na Transparência".	Antônio Ed Souza Santana, Adinelson Alves da Silva, Flávia Santana Silva. Henrique Ribeiro Cardoso
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça - Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça - Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE
Outubro	Curso de Capacitação - Novo código de Processo Civil	Necessidade de se discutir as novas diretrizes do Processo Civil Brasileiro e suas repercussões nas demais áreas do direito, proporcionando ao membros e servidores do Ministério Público uma discussão específica e qualificada no âmbito do Direito Processual.	Dr. Márcio Oliveira Rocha

Outubro	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE
	Curso de Investigação Criminal e Combate ao Crime Organizado	Voltado para os Membros e Servidores da Instituição, o treinamento tem por objetivo a capacitação e habilitação dos participantes para fazer o uso das mais modernas técnicas investigativas na proteção do patrimônio público, da previdência pública e da ordem tributária, nas esferas cível e criminal.	Danielle Garcia Alves e Fabio Mangueira da Cruz
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE
Novembro	Oficina de Práticas Restaurativas	A oficina tem o objetivo de capacitar os Membros e Servidores do Ministério Público acerca dos conceitos e práticas da Justiça Restaurativa a fim de disseminarmos, em nossas atividades, o gerenciamento pacífico de conflitos.	Afonso Armando Konzen
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE
	Seminário "Controle e Fiscalização das Políticas Públicas na Atenção Básica à Saúde"	Discussão sobre o Controle e a Fiscalização das Políticas Públicas na Atenção Básica à Saúde.	João Batista da Silva, Clóvis Barbosa de Melo e Gilmar de Assis
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE
	Fórum Gestão Sustentável do MP-SE	Promover uma rotina de trabalho/produção mais sustentável para o Ministério Público do Estado de Sergipe	Rosane Mendonça da Silva e Maurício do Vale Dourado Wanderley
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes.	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE
	Seminário Saúde Materno-infantil – Um Retrato da Assistência em Sergipe	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as gestantes e recém-nascidos em Sergipe.	Sílvio Sandro Alves Rodrigues, Maria do Rozário de Fátima Borges Sampaio, Rodrigo Pereira Vasco, Nilzir Soares Vieira Junior, Rosa Amélia Andrade Dantas, Maria Cláudia Tavares de Mattos, Luis Eduardo Prado Correia
Dezembro	Dia Internacional Contra a Corrupção	A atuação da sociedade no controle social da aplicação dos recursos públicos é um instrumento fundamental para a prevenção e o combate à corrupção. Partindo dessa premissa, o Fórum Permanente de Prevenção e Combate à Corrupção no Estado de Sergipe - Focco/SE apresenta essa proposta de realização do Evento "Dia Internacional Contra Corrupção: transparência e Controle Social".	José Rony Silva Almeida, Francisco Waldir Pires de Souza, Henrique Ribeiro Cardoso, Alexandre Sampaio Santana, Heitor Alves Soares, Valter Foletto Santin, Everton Kischlat

Eventos realizados pela Escola Superior do Ministério Público, em **2016**, a seguir especificados:

Mês/2015	Evento	Tema	Palestrante(s)
Fevereiro	Curso Prático de Gestão de Gabinetes	Capacitar Membros e servidores do MPSE abordando algumas práticas do cotidiano que contribuem para a excelência dos trabalhos realizados na Instituição	Alexandre Albagli Oliveira
Março	Treinamento sobre o Sistema de Auditoria Pública – SISAP	Apresentar a ferramenta Sistema de Auditoria Pública - SISAP para Membros e Servidores e explicar como se manuseia o sistema, que serve para fazer a operacionalização da fiscalização, da apuração de denúncias e do acompanhamento das informações que advém das unidades gestoras	Jorge Linhares de Carvalho
	Palestra Projeto “MP de Portas Abertas”	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos do Município de Nossa Senhora do Socorro	Newton Silveira Dias Junior
	I Seminário o Ministério Público na Defesa da Segurança Pública	Dar início ao conjunto de estratégias que serão adotadas pelos Poderes para a melhoria da segurança pública no Estado, visando a redução do número de homicídios	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira Luis Flávio Sapori
	Simpósio Regional em Reflexão ao Dia Mundial da Água: Diagnósticos e Desafios em Prol do Rio São Francisco	Discutir os principais caminhos a seguir para a proteção e revitalização do Rio São Francisco	José Rony Silva Almeida João Alves Filho Anivaldo Miranda Luciana Khouri Alberto Fonseca Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa Apolo Hering Lisboa
Abril	Palestra Projeto “MP de Portas Abertas”	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos da Universidade Tiradentes em eventos realizados nos dias 08, 14 e 19	Henrique Ribeiro Cardoso
	Palestra Projeto “MP de Portas Abertas”	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos do Município de Itabaiana	Newton Silveira Dias Junior
	Curso O Ministério Público no Novo CPC	Estabelecer uma ponte entre a antiga codificação com o novo Código, com vistas a subsidiar a atuação dos participantes no cotidiano forense, mormente para aqueles que atuam na área cível	Edilson Vitorelli Diniz Lima Arnaldo de Aguiar Machado Júnior Humberto Dalla Bernardina de Pinho Leonardo Souza Santana Almeida
	Treinamento sobre o Sistema de Investigações de Movimentações Bancárias - SIMBA - 2ª Fase de Implantação	Apresentar o SIMBA - Sistema de Investigações de Movimentações Bancárias, um conjunto de processos, módulos e normas para tráfego de dados bancários entre instituições financeiras e órgãos governamentais	Jorge Linhares de Carvalho
Maio	Seminário Construindo Planos Decenais Municipais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Analisar os avanços da Rede de Proteção no atendimento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, buscando construir o Plano Decenal Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes	Ronaldo Alves Marinho da Silva Patrícia Lima da Silva Felipe Pereira de Oliveira Josevanda Mendonça Franco

Maio	Palestra Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos Universidade Tiradentes	Henrique Ribeiro Cardoso
	Ciclo de Capacitação em Perícias: III - Local de crime; Balística Forense	Palestras com peritos da Força Nacional de Segurança, tratando de local de crime e balística forense	Ladislau Brito Santos Junior Paula Yara Spegiorin
	Palestra Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos do Colégio Estadual Juscelino Kubitschek	Henrique Ribeiro Cardoso
Junho	Curso Direito Eleitoral - Eleições 2016	O curso tratará sobre as principais inovações introduzidas no sistema eleitoral, em especial pelas reformas legislativas realizadas nos anos de 2013 e 2015, com vistas a subsidiar a atuação dos participantes no processo eleitoral	Bruno Gaspar de Oliveira Corrêa Rodrigo Antonio Tenório Correia da Silva Marcos Vinícius Linhares Constantino da Silva Rodrigo López Zilio José Jairo Gomes
	Palestra Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos do Colégio Dom Luciano e do Leandro Maciel	Henrique Ribeiro Cardoso
Agosto	Palestra Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos da Universidade Tiradentes	Henrique Ribeiro Cardoso
	Palestra Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos do Colégio Estadual Professor Nilson Socorro	Henrique Ribeiro Cardoso
Setembro	Curso de Desenvolvimento Humano	Proporcionar o bem-estar dos membros e servidores do Ministério Público de Sergipe, com base no campo de conhecimento da Psicologia	Ana Andrade Danilo Rocha Ribeiro
	Palestra Portal Consumidor Vencedor	Debater os direitos do consumidor ressaltando os avanços na área e a efetividade das ações coletivas	Heloisa Carpena Vieira de Mello Mônica Maria Hardman Dantas Bernardes Jorge Luiz Husek Emanuelli Winston Neil Bezerra de Alencar
	Seminário sobre Saúde Mental: Mudanças de Paradigmas	Objetivo de discutir os avanços e estratégias efetivas em saúde mental	Leon de Souza Lobo Garcia Iara Maria Pinheiro Albuquerque Anabelle Macedo Silva Luciana Andrade D'Assunção
	I Curso Básico de Práticas Autocompositivas	Estimular a importância de trabalhar na plataforma do consenso e da cooperação, diferentemente da estrutura do conflito e da competição, próprios da vida judicial	Paulo Valério Dal Pai Moraes Daniela Lima Barreto Danielle de Guimarães Germano Arlé Adelaide Maria Martins Moura

Setembro	Palestra Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos do Colégio Estadual Professor Paulo Freire	Henrique Ribeiro Cardoso
Outubro	Palestra Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos Universidade Tiradentes	Henrique Ribeiro Cardoso
	II Workshop de Educação Inclusiva	Debater ideias, métodos e técnicas que possam contribuir com a inclusão de todo e qualquer indivíduo na sociedade, por meio da educação, independentemente de suas restrições e condições	Margarida Maria Teles Richardson Batalha Albuquerque Rita de Cácia Santos Souza
Novembro	Palestra Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos do Distrito de Nossa Senhora de Lourdes Município de Gararu/SE	Newton Silveira Dias Junior
	Seminário Planejamento Estratégico- Projetos de "Promoção da Acessibilidade, Pavimentação e Iluminação Pública"	Apresentação de Projetos: "Promoção da Acessibilidade" e "Pavimentação e Iluminação Pública" desenvolvidos pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos	Alana Lucia Mello Rubem Menezes de Carvalho Filho
	Palestra Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos do Colégio Estadual Barão de Mauá	Henrique Ribeiro Cardoso
	Palestra Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos da Tiradentes	Henrique Ribeiro Cardoso
	Seminário Sistema Prisional: Homenagem ao Centenário de Osman Hora Fontes	Apresentar os principais aspectos da execução penal voltados às discussões de pontos críticos constatados atualmente e seus consequentes desafios	José Rony Silva Almeida Talles Andrade de Souza Painel Verônica Lazar Amado Luís Cláudio Almeida Santos
	Palestra Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes, para os alunos do Colégio Estadual Senador Lourival Baptista - Município de Simão Dias/SE	Henrique Ribeiro Cardoso
	Seminário: "Enfrentamento ao Racismo e Garantia da Liberdade Religiosa"	Contribuir para máxima eficácia da atuação do Ministério Público Brasileiro no enfrentamento ao racismo e na garantia da liberdade religiosa	Luís Fausto Dias Valois Santos Mariana Seifert Bazzo Lina Regina Nunes José Severo dos Santos Luislinda Valois Pejigan Irvan de Assis
Dezembro	Seminário "O Ministério Público no Enfrentamento à Corrupção"	Escopo de estimular a integração entre membros do Ministério Público de Sergipe e promover os nossos valores institucionais	José Rony Silva Almeida, Ana Galgane Paes, Nilzir Soares Vieira Junior, Bruno Freire de Carvalho Calabrich, Gustavo Senna Miranda, Henrique Ribeiro Cardoso, Jarbas Adelino S. Júnior, Bruno Melo Moura, Waltenberg Lima de Sá

Dezembro	Palestra "A Contribuição da Doutrina Espírita Kardecista para a atuação do Ministério Público na Sociedade Contemporânea"	Promover estudo e debate acerca da doutrina Espírita Kardecista e sua contribuição para a atuação do Ministério Público na sociedade contemporânea, alinhado a um crescente movimento jurídico-espírita nacional	Euza Maria Gentil Missano Costa
----------	---	--	---------------------------------

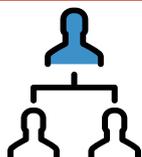


CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Atividades Cíveis e Criminais

22

Manual de Gestão de Gabinete

2015:



A Corregedoria-Geral do MPSE e o Centro de Apoio às Atividades Cíveis e Criminais, visando à excelência dos trabalhos institucionais do Ministério Público e, do mesmo modo, auxiliar as atividades de seus Membros e Servidores, estão elaborando o Manual de Gestão de Gabinete do MPSE, repleto de dicas, sugestões, experiências, reflexões e modelos de providências institucionais.

O Manual é dirigido, preferencialmente, aos servidores (Técnicos e Analistas) do Ministério Público, que terão uma fonte de consulta rápida, podendo, efetivamente, auxiliar os Promotores de Justiça nos trabalhos institucionais.



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Direitos à Educação

23

Programa de Apoio ao Estudo – PAE

2015:



No dia 26 de maio de 2015, o Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação, realizou o 1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica do Programa de Apoio ao Estudo – PAE, com o escopo de melhorar a sua execução e incluir o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC como parceiro, já que nas reuniões com empresários houve a constatação da necessidade de contratação no segmento jovem aprendiz.

2016:

Durante o exercício de 2016, várias atividades foram realizadas, referentes ao Programa de Apoio ao Estudo, resultando em 97 (noventa e sete) estudantes beneficiados pelo PAE, no período.

24

Ficha e Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI



2015:

Em 22 de janeiro de 2015, compareceu ao CAOp dos Direitos à Educação a Diretora do Colégio Estadual Governador Albano Franco, informando a omissão do Conselho Tutelar do 1º Distrito, apresentando uma lista com 11 (onze) alunos infrequentes e solicitando providências.

Em 27 de janeiro de 2015, foi realizada audiência com a mencionada Diretora e o Conselho Tutelar do 1º Distrito, oportunidade em que foi explicada toda a sistemática da FICAI. O Conselho Tutelar informou que seria feito mutirão e que, até o dia 31 de janeiro de 2015, seriam encaminhadas todas as fichas de alunos infrequentes para o Ministério Público e Secretaria de Estado da Educação.

2016:

Durante o ano, diversas atividades referentes à FICAI foram realizadas, a exemplo das destacadas a seguir:

1. no mês de janeiro, foram expedidos Ofícios aos diretores do Colégio Estadual Governador João Alves Filho e da Escola Estadual Professora Áurea Melo, visando à regularização da remessa da FICAI nas aludidas unidades de ensino;
2. em fevereiro, foram expedidos Ofícios aos diretores do Colégio Estadual Olavo Bilac, Escola Estadual Olímpia Bittencourt, Colégio Estadual 24 de Outubro, Escola Estadual Prof. Francisco Portugal, Escola Estadual Ação Social São Lourenço, Escola Estadual Lourival Baptista, Escola Estadual São Cristóvão, Colégio Estadual Paulino Nascimento, Escola de Educação Especial João Cardoso Nascimento Júnior, Escola Frei Esmeraldo Silva de Menezes e Instituto Educacional Santa Terezinha do Menino Jesus, visando à regularização da remessa da FICAI nas aludidas unidades de ensino;
1. no mês de maio, foi realizada reunião com os Conselheiros Tutelares de Aracaju do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º distritos, para avaliação e treinamento da Operacionalização da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI;
2. nos meses de setembro a dezembro, o CAOp - Educação entrou em contato com os genitores e direção das escolas das crianças infrequentes, a fim de solucionar os problemas de evasão escolar e realizar os devidos encaminhamentos.



2015:

Em 2015, foram realizados os seguintes eventos:

1. Censo Educacional em Feira Nova/SE. Evento ocorrido no Colégio Estadual Maria Montessori, no dia 17 de abril;
2. Pós-Censo Educacional de Feira Nova. Evento realizado no mês de maio, no Colégio Estadual no Colégio Estadual Maria Montessori;
3. Censo Educacional de Telha/SE, realizado no dia 12 de junho;
4. Pós – Censo na cidade de Telha, no dia 21 de agosto, na Escola Prefeito José Francisco Dias;
5. Censo Educacional de Poço Verde/SE, realizado em 11 de setembro;
6. Pós-Censo Educacional de Poço Verde/SE, em 06 de novembro.

2016:

Foram realizados no período os seguintes os eventos:

1. Censo Educacional em Carira/SE. Evento Ocorrido no Colégio Estadual Professor Arthur Fortes, no dia 01 de abril de 2016;
2. Pós-Censo Educacional de Carira/SE, no Colégio Estadual Professor Arthur Fortes, em 10 de junho de 2016.



2015:

Diante dos resultados obtidos no mês de março de 2008, com a realização do Censo Educacional no Bairro Sagrada Família (antigo Bairro Coqueiral), localizado no Município de Aracaju, quando se detectou a existência de 340 (trezentos e quarenta) crianças e adolescentes fora da sala de aula; como também dos resultados obtidos no Censo Educacional realizado no Município de Nossa Senhora do Socorro, no mês de outubro daquele ano, nos Bairros Marcos Freire I, II e III, Taíçoca de Dentro, Taíçoca de Fora e Piabeta, quando foram identificados 3.044 (três mil e quarenta e quatro) crianças e adolescentes fora da sala de aula, constatou-se ser indispensável a construção de um Centro Educacional para receber as crianças e adolescentes que se encontravam nessa situação de exclusão escolar.

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação, diante dessas circunstâncias, manteve contato com entidades dos setores públicos e privados, e realizou reuniões/audiências públicas com o escopo de viabilizar a construção e implantação do Centro Educacional Vitória da Sagrada Família.

No mês de outubro de 2015, o Secretário de Estado da Educação informou que foi adquirido o terreno onde será construído o aludido Centro Educacional, entretanto, em atendimento à orientação da Procuradoria-

Geral do Estado de Sergipe - PGE/SE, antes que se efetue o pagamento do terreno, faz-se necessário o encaminhamento do Processo à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, para registro e lavratura da escritura pública definitiva de compra e venda, processo que se encontra em tramitação.

A SEED ainda informou que o projeto do Centro Educacional Vitória da Sagrada Família será elaborado, tendo como referencial o padrão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, para a construção de uma escola com 10 (dez) salas de aula, laboratórios e demais dependências.

2016:

Em 30 de agosto de 2016, foi expedido o Ofício nº 262/2016-CAOP - EDUC, reiterado pelo Ofício 292/2016, direcionados à Secretaria de Estado da Educação, solicitando informações sobre o trâmite do processo para registro e lavratura da escritura pública definitiva de compra e venda do terreno onde será construído o Centro Educacional Vitória da Sagrada Família, e sobre as novas etapas a serem adotadas para a concretização da Construção do aludido Centro Educacional.

27

Projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC



2015:

Em fevereiro/2015, foi firmado um Protocolo de Intenções entre a Procuradoria da República no Estado de Sergipe e Ministério Público do Estado de Sergipe, com o escopo de implantar o Projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC, em Sergipe.

A metodologia utilizada pelo MPEDUC favorece e estimula a participação de toda a comunidade no dia a dia dos temas escolares, bem como permite a formação de um diagnóstico sobre a qualidade do serviço de educação prestado nas escolas de ensino básico da rede pública, identificando os principais problemas enfrentados, a fim de cobrar soluções das autoridades responsáveis.

O lançamento oficial do Projeto ocorreu no dia 02 de julho de 2015, no Auditório do Prédio da Procuradoria-Geral de Justiça.

Foram realizadas as seguintes reuniões entre MPE e MPF, em eventos realizados em parceria com o SINTESE:

1. em 03 de julho de 2015: com os membros dos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar – CAE;
2. em 14 de julho de 2015: com os membros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle do FUNDEB- CACS – Fundeb.

Dando execução ao Projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC, equipes de apoio montadas pelo MPE e MPF já visitaram 52 (cinquenta e dois) municípios sergipanos, listados a seguir, com a consequente elaboração dos respectivos Relatórios de Visita:

1. Arauá, Pedrinhas, Itabaiana, Santana do São Francisco, Neópolis, Brejo Grande, Campo do Brito, Frei Paulo, Pinhão, Carmópolis, Japarutuba, Pirambu, Itabi, Nossa Senhora de Lourdes, Gararu, Estância, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy, Japoatã, Cedro de São João, Propriá, Malhada dos Bois,

Itabaiana, Malhador, Moita Bonita, Siriri, Nossa Senhora das Dores, Feira Nova, Boquim, Riachão do Dantas, Tobias Barreto, Cristinápolis, Umbaúba, Tomar do Geru, Lagarto, Simão Dias, Ribeirópolis, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Poço Verde.

2016:

O MPEDUC visitou todos os 75 (setenta e cinco) Municípios sergipanos, através de equipes de apoio montadas pelo MPE e MPF, com a consequente elaboração dos respectivos Relatórios de Visita, sendo que todos firmaram Termo de Compromisso e Pactuação pela educação sergipana, assumindo o compromisso de apresentar relatórios indicando, em cada escola, o que é necessário para assegurar a educação de qualidade aos alunos e alunas.

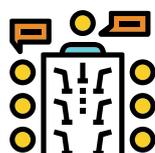
Em 10 de maio de 2016, foi realizada reunião com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e os Secretários Municipais de Educação do Estado de Sergipe, oportunidade em que foi informado que seria pactuado com o DETRAN/SE, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual o propósito de conseguir a inspeção de todos os veículos destinados à condução coletiva de escolares, nos municípios do Estado de Sergipe. Na ocasião, também foi apresentado o CALENDÁRIO DE VISTORIAS SEMESTRAIS DO TRANSPORTE ESCOLAR, em todos os 75 (setenta e cinco) Municípios sergipanos, conforme Instrução Normativa nº 007/2016.

Em 11 de julho de 2016, o DETRAN/SE apresentou Relatório das Vistorias Veiculares realizadas em Transporte Escolar, nos municípios do Estado, durante o 1º Semestre – Exercício de 2016, em que foram emitidas 173 (cento e setenta e três) autorizações.

Em 05 de outubro de 2016, reuniram-se os representantes Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Secretaria de Estado da Educação e Governo do Estado, com o escopo de firmar o Termo de Pactuação pela Educação Sergipana. Tal Termo trata do Plano Estadual de Educação, bem como da situação das escolas da rede estadual e medidas a serem adotadas no âmbito do MPEDUC.

28

Acompanhamento da Discussão e da Aprovação Legislativa dos Planos Municipais de Educação-PNE, em todo Estado de Sergipe



2015:

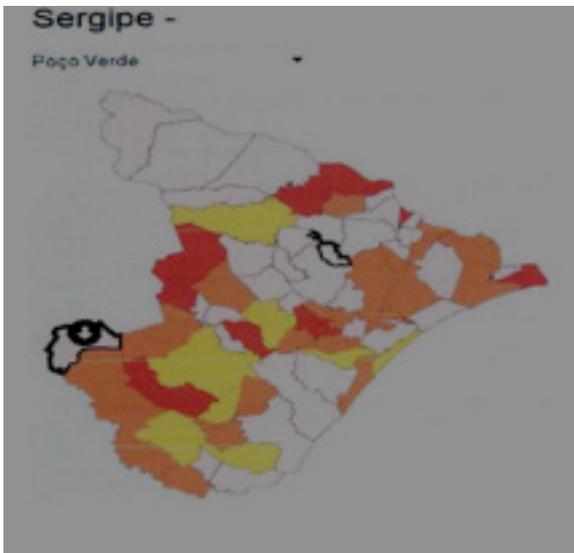
Durante o ano em curso, o CAOp/Educação, com o escopo de acompanhar a Criação e a Implementação do Plano Municipal de Educação em todos os Municípios do Estado de Sergipe, sugeriu um conjunto de ações sistematizadas, direcionadas aos Promotores de Justiça, com atuação na Defesa dos Direitos à Educação, no intuito de exortar as autoridades competentes a elaborar o Plano Municipal de Educação, refletindo as necessidades educacionais de cada Município, tendo em vista o início da vigência da Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 – 2024.

Considerando que o novo Plano Nacional de Educação, através da Lei nº 13.005/2014, estabelece em seu art. 8º que “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei”, ou seja, até o dia 26/06/2015, foram criadas pastas específicas para acompanhar a situação de todos os Municípios sergipanos.

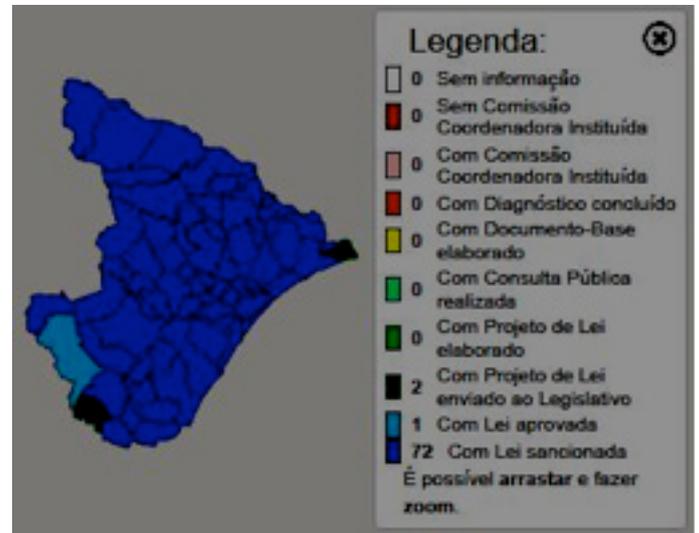
Após diversos expedientes encaminhados, observa-se que, em 07/10/2015, 72 (setenta e dois Municípios) estão com a lei do Plano Municipal de Educação-PNE sancionada.

Os Municípios de Tobias Barreto, Tomar do Geru e Brejo Grande estão com Projetos de Lei enviados ao Legislativo, pendentes de aprovação pela Câmara Municipal.

ANTES



DEPOIS



29

Acompanhamento e Apoio na Fiscalização da Merenda Escolar no Estado de Sergipe



2015:

Desde 01 de junho de 2015, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação vem desenvolvendo um conjunto de ações sistematizadas, com a participação do Ministério Público Federal, direcionadas aos Promotores de Justiça, com atuação na Defesa dos Direitos à Educação, objetivando fortalecer, ampliar e aprimorar ações voltadas para a prevenção, repressão à corrupção e fiscalização da merenda escolar nos Municípios Sergipanos.

Primando pela uniformização de Procedimentos pelo Ministério Público, foram expedidas diversas portarias conjuntas, em litisconsórcio ativo entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual. Em consequência, estão sendo instaurados diversos Inquéritos Cíveis, com o escopo de fiscalizar a merenda escolar no Estado de Sergipe.

As Promotorias de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Neópolis, Santana de São Francisco, Maruim, Santo Amaro das Brotas, Japaratuba, Pirambu, Simão Dias, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhhy, Muribeca, Capela, Ilha das Flores, Brejo Grande e Itabaiana encaminharam ao Centro de Apoio as Portarias de Instauração de Inquérito civil, visando apurar suposto ato de improbidade relacionada a processos licitatórios para a compra de merenda escolar, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e com recursos Municipais Próprios.

2016:

Durante o ano, foram encaminhados procedimentos e documentação referentes à Merenda Escolar dos

Municípios de Brejo Grande, Canindé do São Francisco, Carira, Divina Pastora, Ilha das Flores, Itabaiana, Japarutuba, Pirambu, Riachuelo, Santa Rosa de Lima, São Cristóvão e Simão Dias, para serem analisados pela Controladoria - Geral da União.

De igual modo, foram encaminhados, ainda, modelos de Ações Civis Públicas, Portarias, Legislação, Tabelas de Gêneros Alimentícios da Fundação Getúlio Vargas – FGV e do Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Planilha Excel – Orçamento e Contratação na Licitação, para as Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa dos Direitos à Educação, visando à Construção do Padrão Operacional das organizações voltadas à prática de condutas lesivas ao erário.

Por fim, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação encaminhou Cópia do Relatório de Demanda Externa, elaborado pela Controladoria – Geral da União, referente à análise da documentação da merenda escolar, para as Promotorias de Justiça de Pirambu, Canindé do São Francisco e Santana do São Francisco.

30

Atuação conjunta com as Promotorias de Justiça dos Direitos à Educação de Aracaju e demais Comarcas Sergipanas



2016:

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação trabalha em sintonia com a Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação da Comarca de Aracaju, em todos os programas do CAOp, fornecendo apoio, também, às Promotorias de Justiça localizadas no interior do Estado.

Tal parceria é ininterrupta, com auxílio em diversas áreas, tais como instrução de procedimentos administrativos, pesquisas de jurisprudência, participação em eventos relacionados à Educação, organização dos Censos Educacionais na Capital, acompanhamento da Ficha de Controle do Aluno Infrequente – FICAI, em Aracaju, fiscalização de transporte escolar, do fornecimento e qualidade da merenda escolar, da estrutura física das escolas, entre outras.



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Direitos Humanos

31

Cartilha Calçadas Livres



2015:

Tendo como finalidade estabelecer critérios unificados de aplicação das normas técnicas de acessibilidade, nos passeios públicos de todo o Estado, a Cartilha aguarda apenas a sua impressão pelo gestor público.

2016:

A cartilha está disponível desde o mês de novembro de 2016 no Portal do CAOp Direitos Humanos.

32

Guia de Acessibilidade

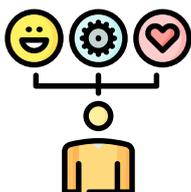


2015 e 2016:

Tendo como finalidade estabelecer critérios unificados de aplicação das normas técnicas de acessibilidade, nos prédios e logradouros públicos de todo o Estado, o Guia aguarda apenas a sua impressão pelo gestor público.

33

Campanha Pratique Cidadania



2015:

Tendo como finalidade a conscientização da população acerca dos direitos dos idosos e das pessoas com deficiência, em setembro, iniciou-se a Campanha Mobilize-se em Amor, em desenvolvimento pelo SETRANSP/AracajuCard, após intervenção do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, no sentido de conscientizar a população quanto à reserva de assentos às pessoas idosas e com deficiência, conforme preconiza a legislação vigente.

Os trabalhos foram desenvolvidos através da afixação de cartazes no interior dos veículos de transporte público e da circulação de busdoors em toda a cidade, além de outras formas de divulgação.

34

Políticas Públicas direcionadas à População em Situação de Rua no Estado de Sergipe



2015:

Projeto iniciado com o intuito de intensificar as políticas públicas destinadas à população em situação de rua no Estado de Sergipe, a fim de reduzir os índices de violência contra ela praticada e buscando alcançar a garantia do exercício de seus direitos constitucionais.

Foi mantida a articulação entre as secretarias, para que sejam promovidas atividades voltadas à população em situação de rua do Estado de Sergipe.

35

Fiscalização de Instituições de Abrigamento de Pessoas idosas da Capital e do Interior 35. Fiscalização de Instituições de Abrigamento de Pessoas idosas da Capital e do Interior



2015:

O objetivo primordial deste Projeto é efetuar visitas anuais às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs, situadas em todo o Estado de Sergipe, estabelecendo-se um Grupo de Trabalho permanente com tal finalidade, verificando as suas condições de funcionamento, conforme o Termo de Cooperação nº 001/2015, firmado entre o MPSE, o CBMSE, CEDUPI e COVISA-SE.

Foram efetuadas visitas nas ILPIs situadas em todo o Estado, sobre as quais foram elaborados relatórios pelos Órgãos competentes e encaminhados aos Promotores de Justiça com atribuição para atuar em cada localidade, com vistas à adoção das providências que entenderem cabíveis, diante da realidade verificada.

36

Atendimento ao Paciente Psiquiátrico em Situações de Urgência



2015:

Trabalho iniciado a fim de estabelecer fluxo de medidas a serem adotadas pelos órgãos e secretarias, quando da necessidade de se proceder a atendimentos de urgência em que figurem como pacientes pessoas com transtorno mental em todo o Estado de Sergipe.

Foi apresentada minuta do Plano de Diretrizes e Protocolos de Atendimento, em conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria de Segurança Pública.

2016:

Foi apresentado o Plano de Diretrizes e Protocolos de Atendimento, em conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria de Segurança Pública, bem como firmado Termo de Cooperação Técnica entre os Órgãos competentes.

37

Guia Prático para a Inserção da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho



2015:

Iniciativa em fase de desenvolvimento, em parceria do Ministério Público do Trabalho, voltada à elaboração de Guia Prático, do qual constem todos os cursos de capacitação disponibilizados pelo poder público e pelo sistema S, voltados à profissionalização das pessoas com deficiência.



2015:

Iniciativa adotada em virtude da escassez de serviços de acolhimento destinados a jovens e adultos com deficiência, sem condição de autossustentabilidade e sem vínculos familiares no Estado de Sergipe.

Uma unidade Centro Dia foi implantada no Município de Aracaju, no ano de 2014. Atualmente, encontra-se sob análise da Procuradoria Geral do Município o Edital de Seleção de Projetos para implantação de Residência Inclusiva.

2016:

Encontram-se em andamento as tratativas voltadas à implantação do serviço Residências Inclusivas.



2015:

Evento desenvolvido pela Escola Superior do Ministério Público em parceria com o CAOpDH, voltado à capacitação de conselheiros de direitos, com a participação do Palestrante Wilson Abascal Pastorini.

Realizado no dia 13 de abril de 2015, na sede deste Órgão, teve como público-alvo membros de conselhos de direitos de todo o Estado de Sergipe.



2015:

Realização do evento "Interdição Parcial: Um novo instituto", pela Escola Superior do Ministério Público de Sergipe, em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos.

O Seminário, realizado no dia 17 de agosto, na sede do MPSE, contou com as participações do Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, Dr. Luiz Cláudio Carvalho de Almeida, e da Procuradora Regional do Trabalho, Dra. Maria Aparecida Gugel. Na ocasião foi abordado o importante tema da Interdição Parcial, à luz da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da nova Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

41

Divulgação da Semana de Atenção à Pessoa Idosa Institucionalizada



2015:

Por ocasião da II Reunião Ordinária do GNDH – 2015, realizada na sede do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, deliberou-se a realização da SEMANA DE ATENÇÃO À PESSOA IDOSA INSTITUCIONALIZADA, no período de 28.09.2015 a 01.10.2015, em caráter nacional. A ideia da realização de uma ação simultânea em todos os Ministérios Públicos Estaduais decorreu do encerramento de uma das metas de trabalho da COPEDPDI de 2015, voltada ao tema das Instituições de Longa Permanência para Idosos.

42

Projeto Promoção da Acessibilidade



2016:

O projeto em questão tem como objetivo discutir, conscientizar e implementar a acessibilidade nos prédios públicos situados em todo o Estado de Sergipe.

Foi realizada a apresentação do Projeto, no dia 07/11/2016, na sede deste Ministério Público, com a participação de profissional da Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB, a Arquiteta e Engenheira Civil, Allana Lúcia Melo, que apresentou explicações sobre questões técnicas relacionadas à promoção da acessibilidade.

43

Projeto Pavimentação e Iluminação Pública: Direito de Todos



2016:

O objetivo do Projeto consiste em apoiar a atuação dos Promotores de Justiça com atribuições nas Curadorias de Fiscalização dos Serviços de Relevância Pública de Aracaju e do interior do Estado de Sergipe, mediante a disponibilização de um kit com modelos de peças judiciais e extrajudiciais sobre pavimentação e iluminação públicas, bem como através da realização de um evento de capacitação sobre a mesma temática.

Foi realizada a apresentação do Projeto, no dia 07/11/2016, na sede deste Ministério Público, com a participação de profissional da Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB, o Engenheiro Civil Rubem Menezes de Carvalho Filho, que apresentou explicações sobre questões técnicas relacionadas à matéria objeto do projeto.

44 Proteção ao Idoso Institucionalizado



2016:

O objetivo primordial deste Projeto é efetuar visitas anuais às Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI, situadas em todo o Estado de Sergipe, estabelecendo-se um Grupo de Trabalho permanente com tal finalidade, verificando as suas condições de funcionamento, conforme o Termo de Cooperação nº 001/2015, firmado entre o MPSE, o Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe - CBMSE, Conselho Estadual dos Direitos e Proteção da Pessoa Idosa - CEDUPI e Coordenadoria de Vigilância Sanitária – COVISA/SE.

Durante o ano em foco, foram efetuadas novas visitas nas ILPI situadas em todo o Estado de Sergipe. Os relatórios elaborados pelos Órgãos competentes foram encaminhados aos Promotores de Justiça com atribuição para atuar em cada localidade, para a adoção das providências que entenderem cabíveis, diante da realidade verificada.

45 SALVE - IDOSO



2016:

O SALVE - Idoso - Sistema de Aviso Legal por Violência, Maus Tratos ou Exploração contra a Pessoa Idosa, reconhecido como boa prática pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, foi desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, com o objetivo de coibir todas as formas de violência de cunho psíquico, físico ou patrimonial, por meio da articulação de instituições públicas ou privadas que prestem serviços à pessoa idosa.

Em 2016, foram realizadas alimentação e acompanhamento constantes do referido Sistema.

Foram registrados nesse exercício mais de 40 (quarenta) casos de violência contra a pessoa idosa.



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Direitos da Mulher

46 Atuação na Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - COPEVID do Grupo Nacional dos Direitos Humanos - GNDH



2015 e 2016:

A Promotora de Justiça, Diretora do CAOp – dos Direitos da Mulher, participou efetivamente das reuniões do Grupo Nacional dos Direitos Humanos – GNDH. O trabalho prático da COPEVID busca a análise, discussão e

padronização de atendimentos, visando auxiliar os Membros do Ministério Público que militam na área de violência.

47

Atuação conjunta do Projeto Concretizando Direitos



2015:

O Projeto Concretizando Direitos da Mulher surgiu de uma conjunção de ideias da Promotoria de Justiça de Arauá, do Centro de Apoio Operacional – CAOp dos Direitos da Mulher do Ministério Público de Sergipe e do IBDFAM em Sergipe, bem como de profissionais ligados às Secretarias Estaduais de Saúde, Assistência Social e Educação.

Busca-se o fortalecimento da rede intersetorial de atendimento à mulher em situação de violência, baseado na compreensão de que essa rede só será efetivamente eficaz se houver diálogo constante, atuação conjunta e integração de ações pelos diversos órgãos que a compõem.

48

Implantação do site CAOp dos Direitos da Mulher



2015:

O site tem por foco principal fornecer subsídios teóricos e práticos aos Membros, servidores e público externo para que possam empreender ações visando ao enfrentamento à violência doméstica praticada contra a mulher, auxiliando-as através dos recursos legais existentes e vigentes no Brasil.

49

Cartilha “Conhecendo um Pouco mais da Lei Maria da Penha”



2015:

Trazendo ilustrações abordando a Lei 11.340/06, que entrou em vigor no dia 7 de agosto de 2006, a Cartilha será distribuída gratuitamente para crianças de ensino fundamental, jovens, ONGs, bibliotecas e outros locais, visando aproximar a comunidade da legislação em vigor e conscientizar e promover o respeito à entidade familiar e aos direitos da mulher.

50

Veiculação de Campanha nas Contas de Água



2015:

Uma parceria firmada entre o Ministério Público de Sergipe – MPSE e a Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO levou a campanha de combate à violência contra a mulher, com foco na Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), para milhões de Sergipanos. Um banner da campanha, idealizada pelo CAOp dos Direitos da Mulher, foi inserido em todas as contas de água, durante o ano de 2015.

As contas de água foram enviadas a todos os municípios do Estado de Sergipe e no boleto foi estampada a marca criada pelo CAOP dos Direitos da Mulher, ocupando a parte superior, com a mensagem: “Violência contra a mulher é crime. Denuncie. Ligue 180 ou procure o(a) Promotor(a) de Justiça”.

Vislumbra-se nessa iniciativa uma oportunidade de fortalecer as políticas contra a violência doméstica, levando informação a respeito da legislação.

51

Sistema Salve Mulher



2015:

Sistema instituído pelo Ministério Público de Sergipe, “Salve Mulher” consiste num processo de comunicação e monitoramento contínuos, direcionados à apuração de responsabilidade quanto à proteção das vítimas. O sistema funcionará mediante a elaboração de um banco de dados que servirá para subsidiar ações que visam combater as formas de violência praticadas contra a mulher, além da promoção de políticas públicas adequadas a esta finalidade.

O funcionamento do sistema dar-se-á mediante uma ficha de notificação compulsória, a ser preenchida pelos parceiros do Ministério Público, que inicialmente serão as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social de Aracaju, além da Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis - DAGV, sendo os dados armazenados no sistema informatizado do Ministério Público de Sergipe, e os casos acompanhados pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher.

2016:

O Tribunal de Justiça de Sergipe, através da Coordenadoria das Mulheres, passou a atuar como parceiro no Sistema SALVE Mulher, ficando responsável por informar e alimentar o cadastro referente à concessão de Medidas Protetivas, contribuindo para a disponibilização de informações sistematizadas, para reflexões e ações de base em dados objetivos e qualitativamente registrados.

Essas medidas garantem a efetivação dos direitos humanos também no âmbito da saúde. Afinal, por meio da concretização dos serviços de saúde nos casos de violência, promovem-se os Direitos Humanos da mulher.

52 Disque 180



2015:

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher recebe as denúncias advindas da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República e adota as medidas cabíveis, de acordo com cada caso. É feito o encaminhamento a toda a Rede de atendimento necessária: Promotor de Justiça, Delegado de Polícia, Conselho Tutelar, visando sempre dirimir a violência sofrida pelas vítimas.

2016:

Audiências com vítimas do disque 180 - recebida a denúncia pelo CAOp dos Direitos da Mulher, nos casos de ações penais privadas, é designada audiência, para a oitiva das vítimas. No ato, as partes esclarecem os fatos noticiados nas denúncias. Na oportunidade, são feitos esclarecimentos acerca da Lei Maria da Penha, notadamente no tocante aos tipos de agressões ali previstos e sobre o ciclo de violência doméstica que costuma ocorrer nesses casos.

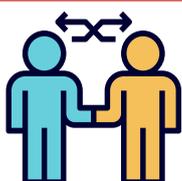
53 Convênio Firmado



2015:

Outra(s) Parte(s)	Objetivo
Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO	Termo de Cooperação - A realização de campanha que tem como escopo a mobilização da sociedade para a redução da violência contra a mulher no Estado de Sergipe

54 Parceria com a Assembleia Legislativa de Sergipe



2016:

Através do Deputado Georgeo Passos, foi disponibilizada a divulgação do Vídeo “Margarida”, referente à Campanha de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, na TV ALESE, oportunidade de fortalecer as políticas contra a violência doméstica, levando informação a respeito da legislação à população.

Dito vídeo foi elaborado e distribuído pelo Ministério Público do Espírito Santo, para divulgação pelos MPs que tivessem interesse em promover a campanha.



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Direitos à Saúde

55

Fomento ao Controle Social do Sistema Único de Saúde – SUS



2015:

Com vistas a aferir o pleno funcionamento dos Conselhos de Saúde, subsidiando a atuação dos Promotores de Justiça no processo de fortalecimento da democracia participativa e fomentar atuação conjunta, articulada, proativa e eficiente dos órgãos de execução do MPSE, com atribuição na defesa dos direitos à saúde, visando ao fortalecimento dos Conselhos de Saúde; o Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde implementou as seguintes ações:

1. aplicação de questionários que objetivam o levantamento de dados situacionais dos Conselhos de Saúde;
2. realização, em parceria com a ESMP, do Seminário “Ministério Público e o Controle Social na Saúde”, com o objetivo de estimular o conhecimento e a sensibilização em torno do tema;
3. elaboração e disponibilização de material de apoio para os Promotores de Justiça Curadores da Saúde.

56

Projeto MP Saúde



2015:

Projeto que busca fomentar a atuação ministerial voltada à estruturação física e ao pleno funcionamento de hospitais regionais, Unidades de Pronto Atendimento – UPAs e Unidades Básicas de Saúde – UBSs, compreende a elaboração de material de apoio e disponibilização aos Promotores de Justiça Curadores da Saúde, e realização de inspeções e audiências extrajudiciais conjuntas.

2016:

Dentre os principais resultados do “MP SAÚDE”, ressaltam-se:

1. elaboração de material de apoio e disponibilização aos Promotores de Justiça Curadores da Saúde;
2. realização de *Workshop*, pelo CAOp Saúde, para apresentação do projeto;
3. realização de inspeções e audiências extrajudiciais conjuntas.



2015:

De iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, através da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais e da Comissão de Planejamento Estratégico, visando contribuir para o aperfeiçoamento funcional e fomentar a atuação proativa, preventiva, efetiva e resolutiva do Ministério Público, na fiscalização da execução das Políticas Públicas da Atenção Básica, com foco na melhoria da prestação de ações e serviços nas Unidades Básicas de Saúde - UBS, em seu escopo o projeto:

1. realizou, em 17/11/2014, audiência pública, promovida pelo CAOp Saúde, para apresentação do projeto;
2. encaminhou Ofícios para os Promotores de Justiça Curadores dos Direitos à Saúde, visando fomentar a migração dos municípios do Sistema Nacional de Informações de Atenção Básica - SIAB para o e-SUS/AB;
3. disponibilizou aos Promotores de Justiça Curadores dos Direitos à Saúde os dados do PMAQ, além de roteiros e modelos de atuação, visando à adoção de medidas que resultem na melhoria desses indicadores.

2016:

Dentre as atividades realizadas, referentes ao Projeto, em 2016, destacam-se:

1. encaminhamento de Ofícios para os Promotores de Justiça Curadores dos Direitos à Saúde, visando fomentar a migração dos municípios do Sistema Nacional de Informações de Atenção Básica – SIAB para o e-SUS/AB;
2. disponibilização aos referidos Promotores de Justiça dos dados do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ, além de roteiros e modelos de atuação, visando à adoção de medidas que resultem na melhoria desses indicadores, do acesso e da qualidade nas ações e serviços relacionados à Atenção Básica na Saúde;
3. realização, com apoio do CAOp Saúde, de 07 (sete) inspeções em Unidades Básicas de Saúde, localizadas nos Municípios de Neópolis, Santana do São Francisco, Brejo Grande e Ilha das Flores;
4. envio do Ofício nº 307/2016, em 26/08/2016, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, solicitando cópias do Diagnóstico Situacional elaborado pela Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços - DCEOS, bem como dos relatórios preliminares das auditorias realizadas nos serviços e ações da Atenção Básica, nos municípios sergipanos;
5. encaminhamento de Relatório Parcial referente ao Projeto, em 09/09/2016, para conhecimento, à Coordenadoria Geral do Ministério Público, Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil – DIPLAN e aos Promotores de Justiça Curadores dos Direitos à Saúde.

Não obstante as providências já adotadas no curso do Projeto, e tendo em vista que o acesso ao sistema PMAQ-AB, franqueado ao Ministério Público por força do Projeto em referência, foi suspenso, em razão das reiteradas mudanças de gestores no Ministério da Saúde, o “MP na Defesa do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica” encontra-se, também, temporariamente suspenso.

58

Projeto Frigoríficos Regionais



2015 e 2016:

Realização de audiências extrajudiciais e outras ações articuladas, visando à execução de projeto elaborado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, para implantação de frigoríficos regionais no interior do Estado.

59

Saúde da População Carcerária



2015:

Realização de audiências extrajudiciais e outras ações articuladas visando garantir a assistência à saúde da população carcerária, diante da inexecução do Plano Operativo Estadual.

2016:

Em 2016, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde realizou audiências extrajudiciais e outras ações articuladas, visando garantir a assistência à saúde da população carcerária, diante da inexecução do Plano Operativo Estadual.

Dentre essas audiências e ações destacaram-se:

1. realização, em 19/04/2016, 07/06/2016 e 13/10/2016, de audiências extrajudiciais, promovidas pelo CAOp Saúde, em parceria com a 1ª Promotoria de Justiça das Execuções Criminais de Aracaju;
2. elaboração de minuta de Recomendação.

60

Fiscalização das Ambulâncias e Capacitação de seus Condutores



2015:

Encaminhamento de ofício circular aos Promotores Curadores da Saúde, enviando modelo de portaria de

instauração de procedimento preparatório, de ofício requisitório e recomendação, elaborados pelo CAOp Saúde, visando à fiscalização das ambulâncias e capacitação de seus condutores, à vista dos constantes acidentes sofridos no exercício da função.

2016

A iniciativa em tela objetivou fomentar a fiscalização das ambulâncias e capacitação de seus condutores, buscando a redução do número de acidentes.

Para tanto, em 2016, foi encaminhado Ofício Circular aos Promotores Curadores da Saúde, contendo modelo de Portaria de instauração de procedimento preparatório, de Ofício requisitório e de recomendação, elaborados pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde, visando à fiscalização das ambulâncias e capacitação de seus condutores, à vista dos constantes acidentes sofridos no exercício da função.

61

Implantação do Serviço de Atenção Domiciliar – SAD nos Municípios Sergipanos



2015:

Encaminhamento de ofício circular aos Promotores Curadores da Saúde, enviando cópia do Termo de Audiência Extrajudicial, realizada no Centro de Apoio, da Portaria nº 963/2015, e de outros documentos correlatos, para que seja avaliada a possibilidade de provocar os municípios sergipanos, elegíveis de acordo com os critérios do programa, abrangidos em sua área de atuação, para implantarem o Serviço de Atenção Domiciliar – SAD em seus territórios.

62

Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias Municipais



2015:

Encaminhamento de ofício circular aos Promotores Curadores da Saúde, enviando sugestões de portarias de instauração de procedimento preparatório, de ofício requisitório e de recomendação, elaborados por este Centro de Apoio, a serem dirigidos a(o) Secretário(a) Municipal de Saúde, solicitando informações preliminares, buscando o fortalecimento das vigilâncias sanitárias municipais.

2016

Com vistas a buscar o fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias Municipais, com provimento de cargos de natureza efetiva, visando à consolidação e à expansão de seus serviços no interior do Estado, o CAOp dos Direitos à Saúde promoveu o encaminhamento de Ofício Circular aos Promotores de Justiça Curadores da Saúde, contendo sugestões de Portarias de instauração de procedimento preparatório; de Ofícios requisitórios e de recomendação, a serem dirigidos a(o) Secretário(a) Municipal de Saúde.

Também foi realizada, em 18/10/2016, reunião com o Diretor da Vigilância Sanitária Estadual, para fins de revisão e reformulação da iniciativa.

63

Regularização do Registro dos Municípios Sergipanos no Conselho Federal de Odontologia e do Registro do Fundos Municipais de Saúde no Conselho Regional de Odontologia



2015:

Envio de ofício circular aos Promotores Curadores da Saúde, encaminhando ofício do Conselho Regional de Odontologia, noticiando que 39 (trinta e nove) municípios sergipanos não promoveram o registro no Conselho Federal de Odontologia de Sergipe – CFO, e a inscrição no Conselho Regional de Odontologia de Sergipe – CRO, dos seus Fundos Municipais de Saúde.

64

Saúde Materno-infantil



2016:

Com vistas a fiscalizar as maternidades localizadas no interior do Estado, na busca por assegurar adequada assistência às gestantes, parturientes e neonatos, foi constituído, em 2015, grupo de trabalho temporário para, em conjunto com as Promotorias de Justiça com atribuição na defesa dos direitos à Saúde, promover diversas atividades referentes ao Projeto.

Em 2016, a Iniciativa continuou a ser executada, com destaque para a realização de 05 (cinco) audiências extrajudiciais e 01 (uma) reunião de trabalho do Grupo Temporário de Fiscalização da Saúde Materno-Infantil.



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Infância e Adolescência

65

Disque Direitos Humanos - 100



2015:

Operacionalizando-se a partir da discagem direta e gratuita do número 100, o Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência - CAOPIA funciona como um canal de comunicação da sociedade civil, que possibilita conhecer e avaliar a dimensão da violência contra crianças e adolescentes e o sistema de proteção, bem como orientar a elaboração de políticas públicas.

O CAOPIA fornece relatório contendo a estatística de denúncias das Promotorias de Justiça à Corregedoria do MPSE, quando da realização das inspeções, tendo recebido da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SPDCA/SDH, no período compreendido entre janeiro e setembro/2015, por meio do SONDDHA, um total de 639 (seiscentos e trinta e nove) denúncias.

2016:

No período em foco, foram recebidas da SPDCA/SDH, por meio do SONDDHA, um total de 885 (oitocentos e oitenta e cinco) denúncias.

66

Projeto Transformando pela Fé



2015:

Em 2015, no período compreendido entre os meses de janeiro e setembro, foram realizadas 02 (duas) audiências relativas ao Projeto, sob a condução da Coordenadora do CAOp – Infância e Adolescência. Como ação para o ano em curso, o grupo decidiu investir e iniciou suas atividades com os adolescentes do CENAM – Centro de Atendimento ao Menor.

2016:

Durante o ano, foram realizadas 05 (cinco) audiências relativas ao Projeto, sob a condução da Coordenação do CAOp da Infância e Adolescência.

67

S.I.A. – Sistema Informatizado de Acolhimento



2015:

Em 2015, no período compreendido entre os meses de janeiro e setembro, foram realizadas 02 (duas) audiências relativas ao Sistema Informatizado de Acolhimento – S.I.A., sob a condução da Coordenadora do CAOp – Infância e Adolescência, e 44 (quarenta e quatro) capacitações referentes à alimentação do sistema.

Em janeiro e fevereiro de 2015, foram homologados Termo de Homologação e Aceite de Implantação do Sistema Informatizado de Acolhimentos.

Foi feito, ainda, o encaminhamento à SEIDH do Ofício nº 47/2015 e da minuta de Projeto de Lei para iniciativa governamental, no sentido de tornar obrigatória a alimentação do SIA pelas unidades de acolhimento.

2016:

No ano em foco, foram realizadas as seguintes ações relativas ao Sistema Informatizado de Acolhimento – S.I.A:

1. 04 (quatro) audiências, sob a condução da Diretora do CAOp – Infância e Adolescência;
2. 03 (três) capacitações referentes à alimentação do sistema;
3. publicação, em 28 de junho de 2016, no Diário Oficial do Estado, da Lei nº 8.126/2016, a partir da qual todas as unidades de acolhimento foram obrigadas a alimentar o SIA, rotineiramente, informando, dentre outras situações, a inclusão, o atendimento que está sendo prestado, a transferência ou exclusão de criança e adolescente.

68

Projeto Paternidade Responsável



2015:

Algumas realizações do período:

1. de janeiro a setembro: 291 (duzentos e noventa e um) atendimentos, presenciais e por telefone;
2. de janeiro a maio: 58 (cinquenta e oito) exames de DNA;
3. de janeiro a julho: 29 (vinte e nove) reconhecimentos e 21 (vinte e um) acordos de alimentos;
4. foram expedidas 149 (cento e quarenta e nove) notificações;
5. realizados 60 (sessenta) arquivamentos.

Vale ressaltar que esses dados se referem ao município de Aracaju, uma vez que, no tocante ao Interior, os reconhecimentos são realizados na Promotoria de cada município, e não na sede do Projeto Paternidade Responsável, a quem incumbe, precipuamente, viabilizar a realização do exame, prestando atendimento aos municípios do Interior sergipano, mediante solicitação dos respectivos Promotores de Justiça, e encaminhar posteriormente os resultados dos testes de DNA.

2016:

Foi celebrado, em 10 de agosto de 2016, o 1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica nº 005/2015, por meio do qual a SEIDH se comprometeu a custear a realização dos exames de DNA.

Outras realizações do período:

1. 625 (seiscentos e vinte e cinco) atendimentos, presenciais e por telefone;
2. 194 (cento e noventa e quatro) exames de DNA;
3. 46 (quarenta e seis) reconhecimentos;
4. 24 (vinte e quatro) acordos de alimentos;
5. 325 (trezentas e vinte e cinco) notificações expedidas;
6. 31 (trinta e um) arquivamentos realizados.

Impende ressaltar que se tratam de dados relativos apenas ao município de Aracaju.



2015:

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência acompanhou, durante o ano de 2015, a finalização e a entrega dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, bem como realizou audiências para tratar acerca da implementação dos respectivos planos, e a audiência pública **“Implementação do SINASE, já! Redução não é solução”**. O objetivo do evento foi ouvir o Sistema de Garantia de Direitos e a Sociedade Sergipana, para enfatizar a desnecessidade da redução da idade penal e da PEC 171, além de discutir que a implementação de políticas públicas é mais eficiente do que a proposta de redução da idade penal.

Nesse contexto:

1. de janeiro a setembro, foram realizadas 04 (quatro) audiências para tratar sobre o atendimento socioeducativo e 05 (cinco) audiências para tratar sobre o evento **“Implementação do SINASE, já! Redução não é solução”**;
2. o CAOPIA disponibilizou kit com material referente aos planos decenais;
3. realização do Seminário **“Implementação do SINASE, já! Redução não é solução”**.

2016:

Nesse período foram realizadas 07 (sete) audiências para tratar sobre o atendimento socioeducativo. Além das audiências, ocorreram, ainda, as seguintes ações:

1. disponibilização de kit, pelo CAOPIA, com material referente aos planos decenais;
2. apresentação do tema Municipalização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, no Projeto “Coordenadoria e CAOps Parceiros do Interior de Sergipe”, na microrregião de Nossa Senhora da Glória.



2015:

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência realizou, no dia 18 de maio de 2015, no Auditório Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas, na sede do MPSE, o Seminário sobre o “Dia 18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, instituído pela Lei Federal nº 9.970/00 como dia 18 de maio. O evento teve como público-alvo operadores do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Sistema Socioeducativo.

2016:

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público de Sergipe - ESMP, realizou, no dia 18 de maio de 2016, o Seminário sobre o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”. O evento teve como público-alvo operadores do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Sistema Socioeducativo, e objetivou reafirmar o compromisso do Ministério Público na defesa dos direitos e proteção integral de crianças e adolescentes, além de mobilizar e conscientizar a sociedade da necessidade de combater, permanentemente, a violência sexual infantojuvenil.

No período, foram realizadas 04 (quatro) audiências para tratar sobre o referido Seminário.

71

Processo de Escolha Unificado dos Membros dos Conselhos Tutelares



2015:

Para que as eleições transcorram na forma prevista na lei, o Ministério Público, através da Procuradoria-Geral de Justiça e do Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência, em parceria com o TRE - Tribunal Regional Eleitoral e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA adotaram algumas estratégias de planejamento e apoio que estão sendo aplicadas pelos municípios sergipanos, através das suas Comissões Eleitorais, com a fiscalização dos Membros do Ministério Público. É significativa a participação dos Promotores junto às Comissões Eleitorais e Governo Municipal para viabilização deste processo que, certamente, elegerá Conselheiros Tutelares preparados para o desempenho da nobre tarefa de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

72

Árvore da Solidariedade



2015:

A décima edição do Projeto “Árvore da Solidariedade” aconteceu na tarde do dia 26 de novembro de 2015, no salão de festas do late Clube de Aracaju.

Desde 2005, o Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência promove o Projeto, que permite que crianças e adolescentes acolhidos pelas Unidades de Abrigamento Sergipanas vivam, também, o espírito do Natal.

São aproximadamente 300 (trezentos) meninos e meninas acolhidos que contam com a colaboração de Membros e Servidores do MP Sergipano para viverem um momento de alegria, com a entrega de presentes feita pelo Papai Noel.

2016:

Foi com muita música, brincadeiras, carinho e fraternidade que o Centro de Apoio Operacional da Infância e da Adolescência do Ministério Público de Sergipe promoveu mais uma edição do Projeto “Árvore da Solidariedade”, no salão de festas do late Clube, no dia 01 de dezembro de 2016.

73

Sistema de Aviso Legal por Violência, Maus Tratos e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – SALVE



2016:



Por meio desse Sistema, os profissionais que atuam na área de saúde e educação, obrigatoriamente, devem comunicar os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente ao Conselho Tutelar, através do preenchimento de um formulário próprio, da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

No mês de fevereiro do ano em tela, foi solicitada ao Procurador-Geral de Justiça autorização para que a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI do MPSE desenvolvesse um software para implementação virtual do S.A.L.V.E. - Crianças e Adolescentes, idêntico ao S.A.L.V.E. Idoso. No mês de maio, o CAOpia expediu Ofício aos servidores da DTI, apresentando algumas sugestões iniciais para desenvolvimento e implementação do SALVE Criança e Adolescente.

Em setembro, realizou-se audiência com a Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, para tratar sobre a atual situação do enfrentamento à violência sexual no Estado de Sergipe.



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Meio Ambiente, Urbanismo,
Patrimônio Social e Cultural

74

Agrotóxicos: eu sei onde descartar!



2015:

O projeto que visa à implantação da política reversa das embalagens de agrotóxicos, a fim de dar a destinação correta às embalagens, de acordo com o Decreto Estadual 22.762/2004 e com o Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Ministério Público Federal, Delegacia Federal de Agricultura em Sergipe, CREA-SE, COHIDRO, CODEVASF, ADEMA, EMDAGRO, VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE, ARDASE, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE e INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS.

Encontra-se em desenvolvimento inicial, no Município de Itabaiana, na fase de rastreabilidade dos alimentos. No dia 21 de julho deste ano, foi realizada reunião na 1ª Promotoria de Justiça de Itabaiana para tratar das medidas de implementação do projeto na localidade, estando a 2ª reunião aprazada para o dia 08 de setembro de 2015.

75

MPSE - Gestão Sustentável



2015:

O Projeto visa à instituição de medidas no âmbito do Ministério Público Estadual voltadas a fomentar a preservação do meio ambiente e promover maior economia nos gastos desta Instituição, tais como a utilização de canecas de porcelana, pelos Membros e Servidores (a serem adquiridas através de doação da Petrobras), a fim de minimizar o uso de copos descartáveis.

Atualmente, encontra-se na fase de capacitação dos servidores desta Instituição para adoção das medidas sugeridas no projeto de implantação do programa, elaborado pela empresa licitada pela Petrobras para este fim, atendendo à solicitação deste Órgão Auxiliar.

Como parte do projeto, foi realizado o Fórum Gestão Sustentável, no dia 23 de novembro, no Auditório Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas. O evento foi uma realização da Escola Superior do MP e do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo, em parceria com a Petrobras, e teve como objetivo ressaltar a importância de se promover uma rotina de trabalho/produção mais voltada para a sustentabilidade.

2016:

Nesse ano, foi formada a Comissão Ministerial de Gestão Ambiental, composta por servidores (agentes multiplicadores), com o objetivo de proporcionar a disseminação das orientações do Projeto Desenvolvido por Empresa de Gestão Ambiental.

Realizaram-se, no período, as seguintes ações relativas ao aludido Projeto:

1. distribuição de canecas de porcelana a todos os Servidores e Membros do MPSE, a fim de minimizar o uso de copos descartáveis;
2. alocação de lixeiras apropriadas para separação dos resíduos sólidos em todas as salas do Edifício-Sede do MPSE, encontrando-se em andamento a distribuição para as demais Promotorias da Capital, fomentando a coleta seletiva;
3. confecção da "Cartilha de Práticas Ambientais", a ser distribuída aos Membros e Servidores, prevendo pequenas ações habituais no âmbito do trabalho, que possam gerar impacto na preservação do meio ambiente, em fase de definição de arte e impressão.



2015:

No desenvolvimento do projeto, que visa à adequada prestação do serviço de esgotamento sanitário no Estado de Sergipe, o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo encaminhou para todas as Promotorias de Justiça cópia de modelo de Portaria e ofícios pertinentes, com sugestão de instauração de Procedimento Administrativo para obter informação acerca da situação de cada Municipalidade, no que respeita à prestação do citado serviço público.

O CAOp promoveu, posteriormente, a realização de reuniões na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano – SEDURB, com a participação dos gestores dos municípios, Promotores de Justiça locais, representantes da DESO e da sobredita Secretaria, visando à criação dos Planos Municipais de Saneamento Básico, pré-requisito para a liberação de recursos federais, tendo em vista o diagnóstico de este ser o principal entrave para a adoção de medidas que visem a solução do problema do abastecimento da água.

Atualmente, segundo informações fornecidas pela DESO, as obras, nas áreas dos Municípios onde a Empresa mantém sistemas de esgotamento sanitário, encontram-se em andamento da forma seguinte:

1. ampliação da 2ª etapa do sistema de esgotamento de Aracaju, nos Bairros Jardins, Aeroporto, Aruana e imediações;
2. implantação do sistema de esgotamento da sede municipal de Nossa Senhora do Socorro;
3. implantação da 2ª etapa do sistema de esgotamento de São Cristóvão;
4. implantação do sistema de esgotamento da Praia do Saco, em Estância;
5. implantação do sistema de esgotamento nas sedes municipais de Itabi, Pacatuba e São Francisco, através do Convênio com a CODEVASF.

Em fase de licitação estão as obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário da sede municipal de Nossa Senhora das Dores, através do contrato firmado com o Banco do Brasil, e ampliação do sistema de Lagarto.

Recentemente, foi concluído o projeto executivo para contratação das obras do sistema de esgotamento de Itabaiana, estando em análise pelo Banco Mundial para liberar a licitação das obras.

Encontra-se em andamento a licitação do projeto executivo do sistema de esgotamento sanitário dos Bairros das zonas norte e oeste de Aracaju.

2016:

No ano de 2016, atuou-se no sentido de judicialização do assunto por cada Unidade Promotorial, a fim de serem implantadas as redes de esgotamento sanitário nos municípios do Estado, através da confecção e disponibilização das correspondentes Ações Cíveis Públicas.

Ademais, foram realizadas reuniões com a Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, buscando tratativas no sentido de catalisar o processo de implantação das redes de esgoto no Estado.

77

Eu sei separar. Eu ajudo a coletar

**2015 e 2016:**

Através da inserção gratuita na mídia televisionada, que incentive a prática doméstica da coleta seletiva do material reutilizável e reciclável, o projeto visa informar e conscientizar a população acerca da importância da conduta para a preservação do meio ambiente e inserção dos catadores de material reciclável e reutilizável no mercado de trabalho.

78

A Mangaba tem espaço

**2015:**

Apesar de a mangabeira ter sido decretada, em 1992, árvore símbolo do Estado de Sergipe, é bem verdade que os territórios de sua ocorrência sofrem sérias ameaças em razão do desmatamento da área para implantação da agricultura convencional (como coco e cana-de-açúcar), viveiros de camarão e, sobretudo, para atender à crescente especulação imobiliária, acabando por desembocar na potencial possibilidade de esgotamento do cultivo da fruta.

Assim, a iniciativa quer a decretação de área de preservação permanente da região produtora de mangada em Sergipe.

79

A Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS em Sergipe

**2016:**

A iniciativa em tela visa concretizar a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, instituída pela Lei nº 12.305/2010, intervindo junto aos gestores Municipais para tratar da implantação dos Consórcios Públicos para a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – Consórcios do Agreste Central, do Sul e Centro Sul, do Baixo São Francisco e da Grande Aracaju, em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH.

As tratativas resultaram na pactuação com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para elaboração de Resolução no sentido de incluir os mencionados profissionais no projeto. Outrossim, durante o exercício de 2016, procedeu-se à nova veiculação de inserção na mídia televisionada local e no rádio, visando conscientizar a população da importância da coleta seletiva, inclusive para o catador.

Ademais, realizaram-se reuniões com empresas da iniciativa privada, a fim de verificar a possibilidade de doação dos resíduos sólidos às Cooperativas de Catadores. Quanto ao encerramento dos lixões, atuou-se no sentido

de judicialização do caso por cada Unidade Promotorial, a fim de serem criados aterros licenciados e ser dada destinação correta dos resíduos sólidos, através da confecção e disponibilização das correspondentes Ações Cíveis Públicas. Outrossim, foram realizadas reuniões com o Ministério Público Federal e a ESTRE (empresa de gestão de resíduos sólidos atuante no Estado), visando andamento de estudo para implantação de mais uma estação de transbordo pela empresa.

80

Logística Reversa: Responsabilidade compartilhada pelo descarte regular de Resíduos Sólidos

2016:



Esse projeto visa promover o descarte adequado de resíduos sólidos que não possam receber a destinação comum, nos termos da lei, a partir da responsabilização conjunta, através de ações individualizadas e encadeadas, de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

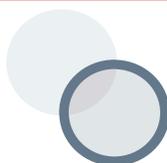


CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
**Defesa do Patrimônio Público
e da Ordem Tributária**

81

De olho na transparência” – MP e parceiros instalam Fórum Permanente de Combate à Corrupção

2015:



O Ministério Público de Sergipe, através de sua Escola Superior – ESMP e do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público, em parceria com o Ministério Público Federal – MPF, com os Tribunais de Contas da União – TCU e do Estado – TCE e com as Controladorias Gerais da União – CGU e do Estado – CGE, promoveu o evento “De olho na Transparência”. O objetivo foi reunir e capacitar os agentes públicos cujas atividades tenham relação, direta ou indireta, com acesso à informação pública.

Na oportunidade, foi firmado o Termo de Adesão que instala, em Sergipe, o Fórum Permanente de Combate à Corrupção – FOCCO. Iniciativa do Ministério Público Federal, o FOCCO já existe em vários Estados da Federação e tem por finalidade intensificar a prevenção e o combate à corrupção de forma integrada, envolvendo vários órgãos de controle, bem como a sociedade. Também foram realizados o lançamento de uma campanha homônima ao evento (“De Olho na Transparência) e oficinas com temas fundamentais para o bom andamento da gestão da coisa pública.

82 Operação Antidesmonte



2016:

Coordenada pelo CAOp do Patrimônio Público, com o apoio das Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Patrimônio Público e com o eventual acompanhamento do Grupo de Combate à Improbidade Administrativa do MP - GCIA, a “Operação Antidesmonte” visa assegurar a legalidade do processo de transição da gestão municipal em todo o Estado de Sergipe. O objetivo central é evitar a dilapidação do Patrimônio Público em Municípios cujos gestores não conseguiram se reeleger ou fazer sucessor.

Além disso, somando esforços a outros órgãos e instituições que atuam no controle da Administração Pública, o MPSE recomendou aos Municípios sergipanos a criação de “Comissões de Transição”, compostas por membros da gestão em final de mandato e da nova equipe de governo.

Foram enumeradas, também, outras medidas a serem adotadas para a devida prestação de contas, tais quais: a disponibilização de documentos e informações de interesse público; a continuidade dos serviços; e o pagamento da folha dos servidores públicos. Também foram elencadas medidas proibitivas, a exemplo da que impede a assunção de obrigações cujas despesas não possam ser adimplidas no exercício financeiro presente.

83 Seminário “Corrupção, Não! – O Ministério Público no Enfrentamento à Corrupção



2016:

A Associação Sergipana do Ministério Público – ASMP, com o apoio institucional do Ministério Público de Sergipe e da Escola Superior do Ministério Público, realizou, no dia 12 de dezembro de 2016, no Auditório Valdir de Freitas Dantas, o Seminário “Corrupção, Não!” - O Ministério Público no Enfrentamento à Corrupção. O evento fez parte da programação da Semana do Ministério Público.

A primeira palestra do Seminário com o tema: “Lava Jato: Inovações, Estratégias e Aspectos Polêmicos”, foi ministrada pelo Procurador Regional da República, Bruno Calabrich. A segunda palestra teve como tema: “O Ministério Público em Busca da Efetividade da Lei de Improbidade Administrativa: Estratégias de Atuação do Inquérito ao Processo” e foi ministrada pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo, Gustavo Senna Miranda.

Em seguida, foi apresentado o Painel “Experiências do Ministério Público de Sergipe”, com os Promotores de Justiça Henrique Ribeiro Cardoso, Bruno Melo Moura e Waltenberg Lima de Sá, que fizeram um balanço das investigações e ações promovidas em Sergipe, a exemplo do caso do desvio das verbas de subvenções da Assembleia Legislativa de Sergipe e a “Operação Indenizar-se”, que revelou fraudes no uso de verbas de gabinete na Câmara de Vereadores de Aracaju. Tiveram destaque, ainda, as iniciativas nessa área do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público.



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
**Proteção ao Rio São Francisco
e Nascentes**

84

84. Projeto Nascentes do São Francisco: O MP Salvando Rios



2015:

Desenvolver nos municípios sergipanos, inicialmente nos do Baixo São Francisco, uma política de proteção hidroambiental, com o apoio de entes das esferas federal e estadual, estruturando os órgãos de proteção ambiental locais e buscando instituir um programa de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA, permitindo com que a própria comunidade se torne um agente de fiscalização e preservação, cumprindo metas previamente estabelecidas para a obtenção do benefício, com o objetivo de tornar o produtor rural um produtor de água.

2016:

Em 2016, o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes realizou diversas ações no sentido de recuperar e preservar o patrimônio hídrico do Estado de Sergipe, com início no Baixo São Francisco, através da restauração e manutenção das Áreas de Preservação Permanente - APP e das Reservas Legais.

Neste ano, também foram aprovados, pelos membros da Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco - CCR Baixo, os Projetos de Recuperação Hidroambientais em nascentes nos Municípios de Japaratuba, Pacatuba, Brejo Grande, Ilha das Flores e Japoatã, permitindo, assim, a ampliação do Projeto "Nascentes do São Francisco" para outros Municípios do Baixo São Francisco sergipano.

O Projeto foi, ainda, inscrito no Banco Nacional de Projetos - BNP do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, a fim de concorrer ao Prêmio CNMP 2016 e divulgação de suas boas práticas, bem como da atuação do MPSE junto ao Conselho Nacional.

85

Projeto: Implementação da Rede de Meio Ambiente Ativa Municipal - REDMMA



2015:

Visando efetivar um dos eixos do Planejamento Estratégico Plurianual 2011-2015 do MPSE, que prevê a busca da estruturação dos órgãos ambientais, a fim de que possam cumprir sua destinação constitucional, o Centro de Apoio vem atuando juntamente com as Promotorias de Justiça do Interior, a fim de que os municípios sergipanos implementem uma rede de meio ambiente ativa constituída por, no mínimo, Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA, Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA e Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA.

2016:

O Projeto, além de cumprir a CRFB/1988 e as exigências das políticas nacionais e estaduais do meio ambiente, colabora com a formulação da Política Pública Municipal de proteção ao Meio Ambiente e assegura recursos financeiros necessários à efetivação do direito fundamental ao Meio Ambiente equilibrado.

Com vistas a divulgar a atuação do MPSE junto aos Poderes Executivo e Legislativo municipais, de modo a demonstrar a importância da existência de uma rede de meio ambiente mínima para a gestão ambiental e a indução de políticas públicas ambientais, o Projeto “Rede de Meio Ambiente Ativa – REDMMA” foi inscrito no Banco Nacional de Projetos do Conselho Nacional do Ministério Público, a fim de concorrer ao Prêmio CNMP 2016.

86

Evento “Nascentes do São Francisco”



2015:

O Evento, realizado em comemoração ao Dia Mundial da Água, integrando o projeto “MP Salvando Rios”, foi direcionado aos Prefeitos, Secretários e membros dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente do Estado, sendo expostos o funcionamento e os objetivos do projeto pela Diretora do Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e Nascentes – CAOpSFN, e apresentado o Programa Produtor de Águas pelo especialista em Recursos Hídricos da Coordenação de Implementação de Projetos Indutores da Superintendência da Agência Nacional de Águas – ANA

87

Capacitação da Rede Municipal do Meio Ambiente



2015:

Foi realizada a Capacitação dos Membros dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente, com cursos teóricos e oficinas práticas desenvolvidas pela equipe da Secretaria do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH, os quais foram direcionados não só aos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente – CMMA, mas, também, aos Secretários e Gestores municipais.

88

Evento “Educação Ambiental – Dia de Campo” do Projeto “Nascentes do São Francisco”



2015:

Organização de atividade de conscientização ambiental, a ser realizado nas margens do Rio Curituba, em Canindé do São Francisco, o qual será desenvolvido juntamente com a comunidade para reforçar a importância da atuação popular para o sucesso do projeto.



2015:

Atuar juntamente com a Secretaria do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH para obter a adesão dos municípios sergipanos à capacitação de seus quadros técnicos para auxiliar os produtores rurais em como inscrever seus imóveis no CAR, cadastro eletrônico ligado ao Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente – SISNAMA.

2016:

Os benefícios gerados pelo Projeto são inúmeros, a exemplo de permitir à SEMARH efetuar mapeamento das áreas, o que propicia a elaboração de políticas públicas de florestas e garante a efetivação das determinações do Código Florestal, que, além de tornar obrigatória a inscrição, a vinculou ao gozo de uma série de vantagens para os produtores rurais, como o acesso ao crédito rural, emissão de cota de reserva ambiental, dentre outros.



2015:

Participação na Reunião Ordinária da Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco – CCR Baixo, realizada na sala de aula nº 1 da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe - ESMP/SE, no dia 15/07/2015, oportunidade em que, além de pauta normal do CCR Baixo, foi proposta e acolhida a inclusão do projeto-piloto “Nascentes do São Francisco”, desenvolvido no município de Canindé do São Francisco, na lista dos 16 (dezesseis) projetos hidroambientais desenvolvidos pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

2016:

Visto que o projeto “Nascentes do São Francisco: O MP Salvando Rios” foi escolhido para integrar a lista dos 16 (dezesseis) projetos hidroambientais a serem financiados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco – CBHSF, o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes continua acompanhando todo o procedimento, desde a seleção da empresa responsável pela execução das obras no projeto-piloto desenvolvido no assentamento Mandacaru I, à escolha de novos locais onde o Projeto possa ser replicado.

91

ACP em face do Estado de Sergipe e da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO)

2016:



Em 2016, o CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes monitorou a situação da mancha escura que surgiu no Rio São Francisco, por meio de contatos com a Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH/SE, a Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA, realizando, ainda, o acompanhamento das informações cedidas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco e dos dados obtidos por meio de laudos técnicos emitidos pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, colaborando para o andamento do processo referente à ação ajuizada pela Promotoria do Meio Ambiente de Aracaju.

92

Contato com Agências Hidrográficas envolvidas em Programas de Pagamento por Serviço Ambiental

2015:



Pesquisa realizada junto à Agência das Bacias Hidrográficas do Piracicaba, Capivari e Jundiá, à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, e ao Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro – INEA/RJ, responsável pela Bacia Hidrográfica dos Rios Ostras e Macaé, a fim de obter informações acerca do funcionamento dos seus Programas de Pagamento por Serviços Ambientais, de modo a ampliar a rede de contatos e parceria e aprimorar o projeto Nascentes do São Francisco.

93

Portal do CAOpSFN criado no site do MPSE

2015:



Disponibilização de peças, legislação, jurisprudência e material informativo no site do Centro de Apoio.

94

Fiscalização Preventiva Integrada – FPI

2016:



Trata-se de um programa continuado, já implantado na Bahia e Alagoas, em que órgãos federais e estaduais de fiscalização ambiental, bem como as polícias e Ministérios Públicos, atuam em conjunto, desempenhando atuação interoperacional voltada para a defesa da sociedade, do meio ambiente e da saúde na Bacia do Rio São Francisco.

Durante a FPI, diversos tipos de degradação ambiental foram fiscalizados, entre eles, esgotamento sanitário lançado sem tratamento diretamente no rio, casos de desmatamento, que em Sergipe apresenta grande escala conforme constatado em sobrevoo, produção clandestina de carvão, matadouros e fabriquetas de queijos sem condições sanitárias, apreensão de madeira ilegal, interdição de serrarias, comercialização ilegal de agrotóxicos, inclusive, de forma fracionada, e empreendimentos sem licença ambiental.

Além disso foram encontradas irregularidades trabalhistas, a exemplo de trabalho infantil e ausência de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, dentre outras. Também foram feitas descobertas de grande importância para o Estado de Sergipe, como o registro de 23 (vinte e três) novas cavernas, sítios arqueológicos terrestres e subaquáticos.

A Fiscalização Preventiva Integrada oportunizou, ainda, acordos importantes para os ribeirinhos, como a assinatura de 3 (três) Termos de Ajustamento de Conduta - TACs firmados durante a operação. O primeiro TAC foi para regularização do serviço de abastecimento de água nos Municípios de Canhoba, Gararu, Itabi e Nossa Senhora de Lourdes. O segundo, para a readequação de fabriquetas de queijo interditas nos municípios de Nossa Senhora de Lourdes e Porto da Folha. Já o terceiro TAC foi para a criação e implementação de Sistema de Meio Ambiente (Secretarias, Conselho e Fundo Municipal do Meio Ambiente) no Município de Canhoba, que era o único que ainda não tinha formalizado esse compromisso dentre os 28 (vinte e oito) municípios do Baixo São Francisco.

95

Simpósio Regional em reflexão ao Dia Mundial da Água



2016:

O Evento, realizado em reflexão ao Dia Mundial da Água, consistiu na realização de palestras que tiveram por objeto propostas de diversos especialistas da área, a respeito da preservação do Rio São Francisco, a exemplo do ex-Governador de Sergipe, João Alves Filho, do Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, Anivaldo Miranda, Promotores de Justiça da Bahia e de Alagoas e do professor da UFMG e Coordenador do Projeto de Recuperação Hídrica, Apolo Heringer.

96

Mesa Redonda: Impactos da Baixa Vazão na Bacia do São Francisco



2016:

Membros do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal se reuniram com Superintendentes e técnicos ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com o objetivo de discutir os impactos socioambientais da política de redução da vazão mínima defluente (água liberada) dos reservatórios de Sobradinho e Xingó.

97

Acompanhamento da ACP nº 0002809-27.2002.4.05.8500 em face da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF

**2016:**

O CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes analisou e elaborou síntese do laudo pericial, referente aos danos ambientais causados à ilha onde se localizava o Povoado Cabeço, no Município de Brejo Grande, em virtude do avanço do mar provocado artificialmente pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, ao construir barragens ao longo da calha do Rio São Francisco, enviando o resultado à Promotoria de Justiça de Pacatuba, por meio do Ofício nº 139/2016, de modo a facilitar a análise da questão pela Promotoria competente.

98

Celebração de Parceria com a Arquidiocese de Aracaju

**2016:**

No exercício de 2016, foi firmada parceria entre o Ministério Público de Sergipe e a Arquidiocese de Aracaju, através do Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CONAL, por meio da qual a Arquidiocese oferece apoio institucional aos trabalhos do MPSE voltados à proteção dos recursos hídricos do Estado, gerando como benefício a ampliação dos trabalhos de conscientização e educação ambiental realizados pelo CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes e pela Igreja Católica, reforçando a necessidade de preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos, diretrizes destacadas pelo próprio Papa Francisco na Encíclica “Louvado Sejas”.

99

Elaboração de Kit para efetivação do Plano de Saneamento Básico

**2016:**

A iniciativa em tela consistiu na elaboração e disponibilização, para as Promotorias de Justiça do Interior, de um kit composto por modelos de Ação Civil Pública – ACP, Portaria e Recomendação acerca da implantação do Sistema de Saneamento Básico nos Municípios sergipanos



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Segurança Pública

100

Plano Piloto relativo à Segurança Pública consoante as atribuições afetas ao MPSE

2015 e 2016:



A iniciativa busca definir ações preventivas e repressivas, a fim de assegurar a paz social, com vistas a promover o resgate do sentimento de Segurança Pública; a diminuição do índice de criminalidade; a intensificação da certeza de que o crime não compensa; e a diminuição do sentimento de descrédito em relação às instituições policiais.

101

MP de Sergipe protagoniza debates e ações em prol da Segurança Pública

2016:



O Ministério Público de Sergipe discutiu e atuou intensamente sobre uma das temáticas que mais ecoam entre os anseios da sociedade: Segurança Pública.

No mês de março, a Instituição sediou o I Seminário “O Ministério Público na Defesa da Segurança Pública”, ocasião em que foi lançado o Fórum Estadual de Segurança Pública - FESP.

Durante o evento, foi produzida a “Carta de Aracaju”. O documento – assinado pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. José Rony Silva Almeida, pelo Governador do Estado, Jackson Barreto, e pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, Dr. Luiz Mendonça – elenca os compromissos assumidos pelos integrantes do FESP. Entre os destaques, está a elaboração de um Plano Estadual de Segurança Pública que envolva a adoção de medidas estruturantes e de atuação coordenada no âmbito das Secretarias de Estado, adotando-o como uma política pública permanente.

Já em novembro, o Chefe do MP Sergipano participou de reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais – CNPG, com a presença do Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, que ouviu sugestões do Colegiado acerca do Plano Nacional de Segurança Pública.



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Terceiro Setor

102

Projeto Sistema de Cadastro de Pessoa Jurídica sem fins lucrativos - SCPJ



2015:

O projeto viabilizou a elaboração de um mecanismo automatizado para padronização, controle e consolidação das informações do Cadastro das Entidades Não Governamentais – ONGs, possibilitando uma busca eficiente e a geração de relatórios.

O mecanismo disponibiliza a atualização constante das informações referentes a entidades não governamentais, contendo dados como endereço, nome e CPF do responsável, situação atual do cadastro da entidade na Receita Federal, recebimento de verba pública, qualificação OS/OSCIP (Estadual, Federal e Municipal) e Títulos de Utilidade Pública (Estadual, Federal e Municipal).

2016:

Dentre os benefícios gerados pela iniciativa, em 2016, destacam-se os seguintes:

1. controle e consolidação das informações relativas ao Cadastro das Pessoas Jurídicas sem fins lucrativos;
2. geração de relatórios e gráficos de forma eficiente e confiável;
3. viabilização do controle e fiscalização das entidades.

103

Destinação de Recursos Públicos às Entidades Não Governamentais – Parceria entre MPT e MPSE



2015:

De acordo com a Portaria nº 1.193/2015, baixada pelo Procurador-Geral de Justiça, a iniciativa teve por objetivo normatizar a destinação de recursos às entidades cujos projetos foram analisados e aprovados pela Comissão do MPT e MPE/SE. Os recursos são provenientes de indenização por dano coletivo de ações judiciais, na seara trabalhista, conduzidas pelo Procurador do Trabalho Dr. Emerson Albuquerque Resende.



2015:

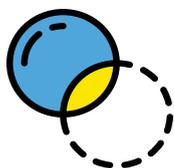
O Sistema de Cadastro e Prestação de Contas- SICAP é um programa de cooperação técnica e científica mútua, entre a Procuradoria e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, buscando aumentar a eficiência das atividades da Procuradoria relacionadas ao velamento das fundações e acompanhamento das entidades de interesse social que atuam no Estado, simultaneamente proporcionando a realização de atividades científicas, a capacitação acadêmica e o desenvolvimento profissional dos alunos, pesquisadores e professores da FIPE, o que se dará através da utilização dos Softwares que integram o Sistema de Cadastro de Prestação de Contas – SICAP pela Procuradoria e do fornecimento de parte dos dados nele inseridos e armazenados na FIPE.

A iniciativa foi viabilizada através de Convênio de Cooperação Científica e Tecnológica entre a Procuradoria-Geral de Justiça e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômica – FIPE.



2015:

Tendo como público-alvo entidades não-governamentais, Promotores, Juízes, estudantes de Direito, órgãos de controle interno e externo, e com o escopo de promover a divulgação da Lei 13.019/2014, o **II – Seminário do Terceiro Setor** contou com a participação de mais de 400 (quatrocentas) pessoas, no Auditório Valdir de Freitas Dantas, do Edifício-Sede do Ministério Público de Sergipe.



2016:

No ano em foco foi dada continuidade ao Projeto “ONG Transparente”, com a elaboração do Cronograma de Reuniões com os Representantes da Controladoria Geral da União, do Estado e do Município, Conselho Regional de Contabilidade, Fundações, Associações, serviços sociais autônomos, Secretarias e Conselhos Estaduais e Municipais.

Foi realizado, no mês de junho deste ano, um encontro voltado para as Organizações Não-Governamentais atuantes em todas as áreas sociais, especialmente educação, saúde e assistência social, que encampa serviços públicos referentes a criança e adolescente, direitos humanos, prevenção quanto ao uso de drogas, com objetivo de explicar a execução do Projeto ONG Transparente, que visa a disponibilização de informações suficientemente claras pelas entidades do Terceiro Setor, com foco na Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação.

Destaque-se que, em 2016, o “ONG Transparente” foi um dos 05 (cinco) projetos selecionados para a segunda fase do Prêmio CNMP, do Conselho Nacional do Ministério Público, na categoria “Redução da Corrupção”, ao lado de Projetos como “Dez Medidas contra a Corrupção” e “Força-Tarefa Lava Jato”.

107

II Fórum sobre o Terceiro Setor

2016:



Na manhã da quinta-feira do dia 29 de setembro, foi realizado, no Auditório da sede do Ministério Público de Sergipe, o II Fórum sobre o Terceiro Setor. O evento foi uma realização do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público e o Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.

Com o tema “Regime Jurídico das parcerias voluntárias, formalização e celebração do Termo de Colaboração e prestação de contas”, o Contador, Engenheiro Civil, especialista em Terceiro Setor e Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade - CRC-SP, Marcelo Roberto Monello, deu início ao encontro, que é mais um desdobramento do Projeto ONG Transparente.

Durante o evento foi divulgado o Informativo Nº 1, elaborado, em conjunto, pelo Ministério Público do Estado de Sergipe, através do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor e da Escola Superior do Ministério Público de Sergipe, Programa de Voluntariado da Classe Contábil – PVCC e Conselho Regional de Contabilidade/SE, que tem por objetivo implementar mais uma etapa do Projeto ONG Transparente.

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

108

Exercício Livre e Independente das Funções Constitucionais do Ministério Público

2015:



Edição da Portaria nº 759/15, de 12 de março de 2015, que dispõe acerca de procedimentos de segurança de Membros e Servidores em situação de ameaça à vida ou à integridade física, em decorrência do exercício da função.

109

Aquisição, Registro, Transferência e Porte de Arma de Fogo de Uso Restrito

2015:



Edição da Portaria nº 911/2015, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre as normas, no âmbito do MPSE, para aquisição, registro, transferência e porte de arma de fogo de uso restrito.

2016:

Edição da Portaria nº 1.265/2016, de 16 de junho de 2016, que dispõe sobre as normas, no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, para a aquisição, registro, transferência e porte de arma de fogo de uso restrito por Procuradores e Promotores de Justiça, bem como sobre a aquisição de munição e acessórios, e revoga a Portaria nº 911/2015, de 31 de março de 2015.

110

Aquisição de Coletes Balísticos



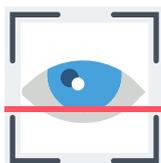
2015:

Com vistas a aumentar a segurança dos Membros do MPSE que se encontram em situação de risco em virtude do exercício das funções, foram adquiridos 06 (seis) coletes balísticos que serão utilizados pelos Membros que solicitarem.

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS AÇÕES CRIMINOSAS – GAECO

111

Atuação para Criação do Fórum de Combate à Corrupção em Sergipe



2015:

O Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal em Sergipe e a Controladoria Geral do Estado uniram forças e criaram o Fórum de Combate à Corrupção no Estado de Sergipe – FOCCO-SE.

Representantes dos três órgãos assinaram um Termo de Cooperação Técnica e passarão a atuar de forma articulada no combate à corrupção.

O objetivo do FOCCO-SE é integrar os órgãos de controle e estabelecer práticas uniformes para o diagnóstico, prevenção e repressão à corrupção. O Fórum também deve fomentar e reforçar o controle social e o compartilhamento ágil e eficiente de dados e documentos.

**2016:**

O Ministério Público do Estado de Sergipe firmou termo de cooperação técnica com a Procuradoria-Geral da República, com vistas à utilização desta tecnologia, para auxiliar no recebimento e processamento de afastamentos de sigilo bancário, de forma segura, através da Internet.

O sistema envolve:

1. definição de processo para solicitação de afastamento de sigilo bancário;
2. verificação dos registros, através do módulo validador;
3. envio seguro dos dados, através do módulo transmissor;
4. processamento e geração de relatórios, através do módulo processador.

Dessa forma, torna-se possível imprimir agilidade e eficiência no combate aos crimes de corrupção e atos de improbidade administrativa, e o aprimoramento dos trabalhos de investigação dos Promotores de Justiça da Instituição.

**2016:**

Tendo em vista a necessidade de um combate mais apurado às Organizações Criminosas em todo o Estado de Sergipe, foi disponibilizado no site do MPSE uma área para notícias de crime de organizações criminosas.

A iniciativa possibilita ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO atuar de forma direta na prevenção e repressão às organizações criminosas, considerando que as notícias de crimes realizadas pela população, nos sites dos Ministérios Públicos Estaduais, são responsáveis pela deflagração de parcela significativa dos Procedimentos Investigatórios Criminais.

RELACIONADOS À ÁREA MEIO:

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

114

Medidas de Contenção de Gastos na Área Administrativa



2015:

MEDIDAS PARA REDUZIR DESPESAS DE CUSTEIO:

1. instituição do Turno Corrido, através da Portaria 4.954/14, de 18 de dezembro de 2014;
2. redução do número de terceirizados e dos valores dos contratos de prestação de serviços vigentes, suspensão de novas contratações de serviços e não renovação de alguns contratos a vencer;
3. redução do número de Estagiários de nível médio;
4. contingenciamento de diárias e passagens aéreas;
5. redução de custos para aquisição de materiais e serviços para uso nas atividades de Tecnologia da Informação – TI.

MEDIDAS PARA REDUZIR DESPESAS DE INVESTIMENTO:

1. redução de Investimentos previstos para aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação – TI; Construção de Unidades do MP; Reestruturação de Unidades do MP; recomposição da frota de veículos, dentre outros.

MEDIDAS PARA REDUZIR DESPESAS COM PESSOAL:

1. suspensão do pagamento da Gratificação Especial Operacional – GEO II;
2. suspensão do pagamento de Unidade Fiscal Padrão – UFPs, referente aos Adicionais de Trabalho Técnico de comissões;
3. suspensão de pagamento de substituições;
4. devolução de servidores requisitados de outros Órgãos.

2016:

MEDIDAS PARA REDUZIR DESPESAS DE CUSTEIO:

1. adequação e remanejamento de terceirizados e dos valores dos contratos de prestação de serviços vigentes, suspensão de novas contratações de serviços;
2. redução do número de Estagiários de nível médio;
3. contingenciamento de diárias e passagens aéreas.

MEDIDAS PARA REDUZIR DESPESAS DE INVESTIMENTO:

1. redução de Investimentos previstos para Construção de Unidades do MP;
2. reestruturação de Unidades do MP;
3. recomposição da frota de veículos, dentre outros.

MEDIDAS PARA REDUZIR DESPESAS COM PESSOAL:

1. suspensão do pagamento da Gratificação Especial Operacional – GEO II;
2. suspensão do pagamento de Unidade Fiscal Padrão – UFPs, referente aos Adicionais de Trabalho Técnico de comissões;
3. suspensão de pagamento de substituições;
4. não preenchimento dos cargos em comissão vagos e transformação dos cargos em comissão existentes;
5. otimização do Grupo de Apoio através da convocação de novos servidores à disposição na sede do MP para atender a diversas Promotorias, sem necessidade de relocações.

115

Negociação com o Executivo



2015:

1. suplementação de verba para o fechamento do exercício de 2015, no valor de **R\$ 13.500.000,00 (Treze milhões e quinhentos mil reais)**;
2. negociações sobre o Orçamento/2016. Cota Orçamentária conseguida após as negociações com o Executivo, que considerou, para efeito de aplicação do percentual da atualização anual concedida, a efetividade dos gastos ocorridos no ano de 2015: R\$ 178.427.752,00, incluindo a Parcela Autônoma de Equivalência – PAE.

2016:

1. suplementação de verba para o fechamento do exercício de 2016, no valor de **R\$ 4.186.960,20 (Quatro milhões, cento e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta reais e vinte centavos)**;
2. negociações sobre o Orçamento/2017. Cota Orçamentária conseguida após as negociações com o Executivo, que considerou, para efeito de aplicação do percentual da atualização anual concedida, o orçamento total aprovado em 2016 na Fonte de Recursos do Tesouro: R\$ 178.006.752,00, incluindo a Parcela Autônoma de Equivalência – PAE;
3. inclusão na Lei Orçamentária Anual – LOA 2017, na parte que cabe ao Ministério Público, do valor correspondente ao acréscimo de 6% na Cota Patronal do FINANPREV;
4. quitação do auxílio alimentação retroativo devido aos Membros do Ministério Público;
5. disponibilidade orçamentária e respectivo pagamento da PAE em 2016, no montante de **R\$ 24.329.736,95 (Vinte e quatro milhões, trezentos e vinte e nove mil, setecentos e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos)**.

2015:

1. concessão do reajuste dos subsídios dos Membros, no percentual de 9,14% (nove inteiros e quatorze centésimos por cento), além dos 5% (cinco por cento) remanescentes do reajuste de 2013;
2. pagamento de todas as vantagens apuradas em 2015 a Membros e Servidores;
3. concessão de reposição salarial dos Servidores, no percentual de 6,51 % (seis inteiros e cinquenta e um centésimos por cento);
4. inclusão em Folha dos valores correspondentes ao avanço na carreira por titulação de Servidores, protocolados no final do exercício de 2014 e em 2015;
5. uniformização do valor do Auxílio-alimentação pago a Membros e Servidores, no valor de R\$ 750,47 (Setecentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos), através da Portaria nº 3.121/15, de 15 de dezembro de 2015, com vigência a partir de janeiro de 2016;
6. fixação do valor do auxílio-transporte aos estagiários de nível superior (Direito e Outros Cursos) e de nível médio (Ensino Médio e Fundamental), em R\$ 5,40 (cinco reais e quarenta centavos), por dia efetivamente estagiado, conforme Portaria nº 001/2015, de 07 de janeiro de 2015, da lavra da Procuradoria-Geral de Justiça.

2016:

1. atualização do Auxílio-saúde para Membros e Servidores - instituído pela Lei nº 7.375, de 29 de dezembro de 2011, e regulamentado pela Resolução nº 001/12 – CPJ, de 12 de janeiro de 2012, por faixa etária - que teve todas as faixas dos valores financeiros atualizados em 2016, através da Portaria nº 140, de 21 de janeiro de 2016, vigente a partir de 1º de janeiro de 2016;
2. atualização do valor mensal do Auxílio-alimentação concedido aos Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe, a partir de 1º de janeiro de 2016, nos termos da Resolução nº 001/2016 – CPJ, de 04 de fevereiro de 2016, e da Portaria nº 261, de 04 de fevereiro de 2016, respectivamente;
3. concessão de reajuste dos vencimentos básicos dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, que foram revistos, a partir de 1º de fevereiro de 2016, no percentual de 6,5% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento), por força da Lei Estadual nº 8.112, de 19 de abril de 2016.

AÇÕES INSTITUCIONAIS**2015:**

Demonstrando o comprometimento da Administração Superior em tornar a sociedade ainda mais participativa

no acompanhamento e verificação das ações da gestão ministerial, o Portal da Transparência do Ministério Público de Sergipe foi considerado pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, dentre as 31 (trinta e uma) entidades de todos os ramos e do Ministério Público brasileiro e dos Ministérios Públicos Estaduais, o 2º melhor. A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro – CCAF publicou no “Transparentômetro” do CNMP uma tabela de classificação com a porcentagem alcançada por cada MP.

A CCAF realiza, trimestralmente, um monitoramento nos sites das Unidades Ministeriais, no intuito de verificar o fiel cumprimento das Resoluções CNMP nº 86/12 e 89/12, que dão aplicabilidade à transparência, instituída pela Lei 12.527/11- Lei de Acesso à Informação – LAI, no âmbito do Ministério Público.

Esses Portais devem conter informações relativas à execução orçamentária, financeira e administrativa, a licitações e contratos administrativos e gestão de pessoas, chamada de Transparência Ativa, que consiste no fornecimento de dados independentemente de qualquer solicitação. Além da Ativa, há também a Transparência Passiva, fornecida de acordo com a solicitação do cidadão.

118

Arborização da Área Circular do Edifício-Sede



2015:

Para comemorar o “Dia da Árvore”, celebrado no dia 21 de setembro, em todo País, Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe se reuniram para plantar 200 (duzentas) mudas de espécies nativas, doadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMARH, na ala verde adjacente ao Edifício-Sede da Instituição

A equipe do Órgão Ministerial compareceu em massa e fez questão de dar sua contribuição em prol do meio ambiente. Várias espécies foram plantadas, a exemplo de pau-brasil, oiteiros, cajueiros, jenipapeiros e mangueiras.

119

Sistema de Controle de Frequência – REDOMA



2015:

O novo sistema permite acesso a todos os servidores e estagiários, em tempo real, às informações sobre sua frequência diária, possibilitando, ainda, a apresentação de justificativas sem a necessidade de deslocamento de sua residência e/ou lotação e, o mais importante, sem a necessidade de utilização de papel, o que destaca a preocupação do MPSE com o meio ambiente.

2016:

Durante o ano de 2016, foram realizadas diversas melhorias no sistema de Controle de Ponto Eletrônico do Ministério Público de Sergipe, REDOMA.

Dentre essas melhorias, destaca-se a implantação do módulo novo de Apuração do Ponto, que permite aos gestores acompanhar o comparecimento regular de seus servidores ao trabalho e, desta forma, conduzir da melhor maneira possível o que deve ser feito ao perceber que determinado colaborador não está trabalhando adequadamente.

Outro módulo novo implantado foi o de Relatório de Marcação, através do qual o servidor pode visualizar seu saldo de horas, verificar se existe alguma justificativa pendente de aprovação e monitorá-la, a fim de saber se foi deferida ou indeferida, possibilitando-lhe tomar conhecimento sobre suas marcações. O chefe imediato também tem acesso a todas essas informações para que tenha controle sobre o registro de ponto de seus subordinados.

120

Diário Eletrônico do MPSE



2015:

Instituição do Diário Eletrônico como veículo oficial para publicar e divulgar os atos do MPSE.

121

Campanha de Doação de Sangue no MPSE



2015:

Membros e Servidores do MPSE participaram, no dia 02 de outubro de 2015, de campanha para doação de sangue na Instituição, através do Projeto “Doe Sangue – O Fluxo da Vida não pode parar”.

Parceria entre o Ministério Público de Sergipe, Sindicato dos Trabalhadores Efetivos do MP – SINDSEMP/SE, Associação Sergipana do MP – ASMP e Centro de Hemoterapia de Sergipe - HEMOSE, o Projeto, além de sensibilizar e conscientizar sobre a importância do ato de doar sangue, promove o exercício da cidadania e, ainda, traz comodidade para Membros e Servidores da Casa que pretendam colaborar com a nobre causa.

Dentre todos os que se inscreveram, a maior parte foi considerada apta à doação. Foram 25 (vinte e cinco) doadores de sangue e 17 (dezesete) cadastrados para o REDOME – Rede Nacional de Doadores de Medula.

122

Regulamentação da concessão de Licença-Paternidade



2016:

Conforme a Portaria nº 1.012/2016, de 09 de maio de 2016, da lavra da Procuradoria-Geral de Justiça, a licença-paternidade dos Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de Sergipe, concedida nos casos de nascimento, adoção ou guarda judicial para fins de adoção, passou a ser de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze).

Ressalte-se que a ampliação do prazo segue a tendência internacional de reconhecer que a criação de um novo ser humano configura uma responsabilidade compartilhada do casal, com o apoio da sociedade.

123 Projeto Atendimento cidadão

2016:



Em 2016 foi dado início à Execução do Projeto Atendimento Cidadão, que tem como objetivo a otimização do atendimento aos cidadãos nas dependências do Ministério Público de Sergipe, dotando a Instituição de equipamentos e sistemas mais modernos.

Através da otimização dos meios de atendimento, busca-se aprimorar ainda mais a recepção prestada pelos Servidores e Membros do MPSE à população em geral, proporcionando, também, notório incremento dos processos internos de segurança, haja vista a melhoria na identificação e qualificação das pessoas atendidas.

124 Interiorização

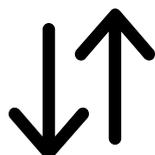
2016:



Foi alterado, pela Lei nº 8.124/16, o art. 11 da Lei nº 6.450/08, que substituiu a Gratificação de Interiorização – GI pelo Auxílio Interiorização – AI, passando a vigorar, a partir de 20 de junho de 2016, data de publicação da Lei.

125 Implantação do Sistema Virtual de Promoção e Remoção de Membros do MPSE

2016:



O sistema tem por objetivo informatizar o processo de promoção e remoção de Promotores de Justiça, utilizando os critérios de antiguidade e merecimento, conforme estabelecido no Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe, Lei Complementar 02/90 e nas Resoluções 04/2011 e 05/2011.

126

Designação de Analista do Ministério Público



2016:

Conforme estabelecido nas Portarias nº 2.176/2016 e nº 2.177/2016, ambas de 20 de outubro de 2016, o Procurador-Geral de Justiça autorizou os Promotores de Justiça a designarem Analista do Ministério Público durante os Plantões Judiciários Diurnos nos Dias Úteis e Não Úteis, respectivamente, a fim de auxiliá-los no exercício de suas atribuições.

O Analista que participar dos referidos plantões não será liberado do expediente no dia seguinte, mas lhe serão concedidas folgas compensatórias em virtude da designação, observando, porém, a proporção de 01 (um) dia de folga para cada 01 (um) de Plantão Diurno de Dia Útil e 02 (dois) dias de folgas para cada 01 (um) de Plantão Diurno de Dia Não Útil.

127

Programa de Serviço Voluntário Institucional



2016:

Com o fito de melhor aparelhar as Unidades Ministeriais sem a elevação de custos, foi instituído e regulamentado, no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, através da Portaria nº 1.137/2016, de 24 de maio de 2016, o Programa de Serviço Voluntário Institucional, em conformidade com a Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Conforme define a mencionada Lei Federal, o serviço voluntário, como atividade não remunerada, é prestado por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Tal serviço não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

128

Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos



2016:

Com vistas a promover a regularidade dos Procedimentos Administrativos, bem como zelar pelo cumprimento da legislação pertinente à ética e à disciplina dos Servidores, foi designada Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos, através da Portaria nº 653, de 22 de março de 2016, para atuar nas Sindicâncias e Procedimentos Administrativos da Instituição, contribuindo, ainda, para o aperfeiçoamento profissional de Técnicos e Analistas do Ministério Público integrantes da aludida Comissão.

129

Regulamentação das Atividades da Divisão de Controle Interno

2016:



Através da Portaria nº 872, de 20 de abril de 2016, da lavra da Procuradoria-Geral de Justiça, foi instituída norma regulamentadora referente às atividades desenvolvidas pela Divisão de Controle Interno, alinhando-as às diretrizes propostas pelos órgãos nacionais e internacionais de controle, a exemplo do Tribunal de Contas da União - TCU, a International Organization of Supreme Audit Institutions – INTOSAI e Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Busca-se, com tal medida, a adoção de normas, processos e métodos objetivos e transparentes, fixando com clareza os poderes e limites da Divisão de Controle Interno, bem como permitindo ao auditado, ao cidadão e aos demais interessados conhecerem as responsabilidades, missões, valores e estratégias de trabalho da unidade.

130

Criação de Comissão para adoção de Procedimentos Contábeis Patrimoniais

2016:



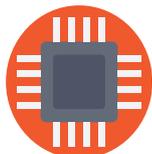
Considerando que dados imprecisos podem gerar riscos não identificados ou avaliações deficientes e decisões gerenciais inadequadas, alinhado ao fato de que qualidade das informações permite que elas sejam apropriadas, oportunas, atuais, exatas e de fácil acesso, atributos indispensáveis para a tomada de decisões por parte da Administração Superior e demais interessados, foi criada, através da Portaria nº 761, de 06 de abril de 2016, uma Comissão com o objetivo de adotar procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis a todos os entes da Federação, visando à consolidação das contas da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sob a mesma base conceitual.

ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

131

Infraestrutura

2015:



Descrição

1. contratação de empresa com a finalidade de emitir certificados digitais para: Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Sistemas e Sites;
2. renovação de contrato de manutenção da solução de Telefonia da Sede Administrativa;
3. atualização e manutenção preventiva de equipamentos de comunicação de rede;

4. contratação de <i>link</i> de <i>Internet</i> dedicada com 60 Mbps de velocidade, item 02, lote 01, da ARP nº 13/2014, decorrente do Pregão Presencial nº 19/2014;
5. contratação e implantação de <i>links</i> VPN/MPLS (Rede Multisserviços), interligando, através de <i>links</i> dedicados de dados, as Promotorias do interior do Estado com a Sede do MPSE;
6. implantação da 1ª Fase do Projeto Rede Corporativa MPSE, na qual foram instalados links nas Promotorias de Poço Verde, Poço Redondo, Boquim, Cedro de São João, Aquidabã, Laranjeiras, Itaporanga d'Ajuda, Arauá, Pacatuba, Neópolis, Frei Paulo, Riachuelo, Capela, Itabaianinha, Canindé do São Francisco, Nossa Senhora das Dores, Campo do Brito, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Umbaúba, Simão Dias, Itabaiana, Estância, Lagarto;
7. implementação do <i>software</i> <i>Kaspersky Endpoint Security</i> , versão 10.2.2.10535 (mr1) nas estações de trabalho do MPSE, através de instalação remota automatizada, instalação manual;
8. implementação do <i>software</i> <i>Kaspersky Endpoint Security</i> , versão 10.2.2.10535 (mr1) com agente de gerência, integrando ao sistema de antivírus utilizado na sede do MPSE, nas estações de trabalho das Promotorias de Poço Verde, Poço Redondo, Boquim, Cedro de São João, Aquidabã, Laranjeiras, Itaporanga d'Ajuda, Arauá, Pacatuba, Neópolis, Frei Paulo, Riachuelo, Capela, Itabaianinha, Canindé do São Francisco, Nossa Senhora das Dores, Campo do Brito, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Umbaúba, Simão Dias, Itabaiana, Estância, Lagarto;
9. realização de intervenções técnicas objetivando a padronização dos <i>softwares</i> instalados nas estações de trabalho do MPSE nas Promotorias de Justiça do interior do Estado, nas cidades de Poço Verde, Poço Redondo, Boquim, Cedro de São João, Aquidabã, Laranjeiras, Itaporanga d'Ajuda, Arauá, Pacatuba, Neópolis, Frei Paulo, Riachuelo, Capela, Itabaianinha, Canindé do São Francisco, Nossa Senhora das Dores, Campo do Brito, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Umbaúba, Simão Dias, Itabaiana, Estância, Lagarto;
10. realização de atualizações de <i>software</i> do sistema operacional das estações de trabalho do MPSE, através de servidor móvel de distribuição de patches de segurança;
11. implantação de módulo de monitoramento para os <i>links</i> <i>Multiprotocol Label Switching - MPLS</i> do Projeto Rede Corporativa MPSE, em software livre, buscando dar maior visibilidade à rede com o monitoramento dos eventos em tempo real;
12. migração de membros do <i>cluster</i> de VMware para novos servidores físicos com maior poder de processamento e memória, ampliando a oferta de recursos físicos para o sistema de virtualização de servidores do MPSE;
13. contratação de empresa com a finalidade de emitir certificados digitais para: Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Sistemas e Sites.

132 Construção de Software

2015:



Descrição

1. disponibilização do módulo do ControlP2 no Cartório, que permite a realização dos procedimentos de vinculação dos processos do 2º grau;
2. aquisição de Licenciamento de *Software* para automação de processo seletivo da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe;
3. criação de novo sistema para controle das solicitações de registro de paternidade;
4. criação de novo sistema para controle das ocorrências de violência contra a mulher.

133 Melhorias no Sistema de Procedimentos Extrajudiciais - PROEJ

2016:



Em 2016, foram inseridas novas funcionalidades no PROEJ, sistema que permite o acompanhamento dos Procedimentos Extrajudiciais em tramitação. A Iniciativa decorre da implantação dos Relatórios II - A (Inquérito

Civil e Procedimento Preparatório) e II - C (Procedimento Investigatório do MP e Peças de Informação) do Conselho Nacional do Ministério Público, além da implantação do Procedimento Administrativo.

As modificações efetuadas visam o aprimoramento do referido sistema e possibilitam um atendimento mais eficiente, tanto ao usuário interno, quanto à sociedade.

134 Renovação e Ampliação do Parque Tecnológico



2016:

Durante o ano de 2016, foram adquiridos diversos equipamentos necessários para ampliar e renovar o parque tecnológico do MPSE, essenciais para atender às necessidades das unidades requisitantes (Procuradorias, Promotorias, CAOps, Diretorias, Setores Administrativos). Em seguida, as principais aquisições realizadas no ano:

1. 100 (cem) unidades de equipamento digitalizador de documentos (scanner);
2. 115 (cento e quinze) unidades de computadores e monitores;
3. 30 (trinta) unidades de impressoras monocromáticas.

135 Aquisição de Licenças de *Software Microsoft*



2016:

Visando incrementar e atualizar o número de sistemas necessários para compor a ampliação da infraestrutura tecnológica do MPSE, foram adquiridos diversos *softwares* para uso na Instituição, conforme elencado abaixo:

1. *SQL Server Enterprise*;
2. *Windows Server Datacenter*;
3. *System Center Standard*;
4. *Skype For business*;
5. *Windows 8.1*; e
6. *Office Professional Plus*.

136 Solução de *backup* corporativa MPSE



2016:

No ano em foco, foi realizada a aquisição de solução de *backup* corporativa para o Ministério Público de Sergipe, capaz de atender às necessidades de integração tecnológica dos diversos sistemas em execução no Órgão, alinhada à capacidade de oferecer recursos de backup e restauração a todos os setores e Promotorias de Justiça da Instituição.

A solução de backup corporativa do MPSE compôs 3 (três) projetos específicos, criando um programa para atender a essa ação. Esses projetos envolveram aquisição de equipamentos/software e serviços da equipe de Tecnologia da Informação - TI e fornecedores da solução, além da Elaboração, Confeção e Gestão dos documentos e artefatos da Resolução 102, referentes a esse processo de aquisição de uma solução de tecnologia da informação.

137 Expansão da área de *Storage*



2016:

No MPSE, o crescimento da virtualização de processos, a expansão da rede corporativa e o crescente número de atividades e processos desenvolvidos no Órgão impulsionam a demanda por mais espaço para armazenamento. Essa área cada vez maior se torna mais complexa de administrar e garantir a segurança da informação.

Assim, tornou-se necessária a aquisição de *storage* com maior capacidade de armazenamento de dados para o MPSE. A nova solução veio também agregada a um novo recurso de servidor de arquivos, acelerando a pesquisa por documentos em rede, o desempenho no tráfego de informações na rede e a possibilidade de gerir versões com uma maior retenção para os usuários, sem a necessidade de intervenção da equipe de suporte de tecnologia.

138 Expansão e *upgrade* de lâminas do *Datacenter*



2016:

No exercício de 2016, foram adquiridas novas lâminas de servidor e expansão de recursos de memória nos equipamentos existentes. As lâminas correspondem aos servidores que hospedam os serviços de tecnologia disponibilizados no MPSE, e também tiveram um investimento para comportar o crescimento adequado à manutenção das informações e conhecimento da Instituição.

Com o investimento foi possível garantir a disponibilidade dos serviços em caso de falhas, graças à integração das soluções de *storage* e virtualização. Além da expansão, o *upgrade* dos recursos nas máquinas já existentes permite uma melhor gestão das licenças de softwares necessárias ao Órgão.

139 Atualização das licenças de antivírus corporativo



2016:

No exercício em tela, foi realizada a aquisição de licenças de renovação para o sistema de antivírus do Ministério Público de Sergipe. O aplicativo antivírus é essencial para prevenir a infecção e corrupção de dados.

Essa ação mantém a segurança da informação ao permitir a gestão corporativa das licenças de antivírus em execução nas máquinas e recursos de *Datacenter* do MPSE. O sistema de antivírus foi renovado por um período de mais 3 (três) anos.

140 Renovação das licenças de virtualização



2016:

O sistema de virtualização do *Datacenter* é a plataforma capaz de multiplicar os recursos de hardware de lâminas, compatibilizando e abrangendo a disponibilidade dos sistemas, em caso de falhas.

O recurso de virtualização é essencial ao funcionamento do Ministério Público de Sergipe, desde 2008, sendo que em 2016 foram renovadas as licenças do uso do software por mais 3 (três) anos.

141 Renovação da solução de *firewall*



2016:

A solução de *firewall* é uma estrutura de *hardware* e *software* capaz de filtrar e otimizar todo o tráfego de rede que entra e sai da Instituição pela internet, garantindo a origem e destino das informações, em conformidade com os níveis de segurança adequados.

Essa nova solução caracteriza-se na aquisição de novo *hardware*, com maior capacidade de processamento e recursos disponíveis, estendendo o *software* de gestão dessas atividades por um período de mais 3 (três) anos.

142 Extensão de garantia de equipamentos do *Datacenter*



2016:

No exercício em foco foram renovadas, também, as garantias de equipamentos e serviços relacionados a diversos equipamentos de processamento de dados no *Datacenter* do MPSE.

A renovação das garantias dos equipamentos e serviços de suporte, associada aos itens do *Datacenter*, provê a segurança, em caso de falhas operacionais e de *hardware*, que são cobertas pelo fabricante.

143

Renovação e ampliação de circuitos de *internet* do MPSE



2016:

Foi realizada, em 2016, a renovação de contratos vigentes com provedores de serviço de conexão com a *internet*, ampliando a banda de *internet* em um dos dois contratos, de 60Mbps para 100Mbps.

A negociação, feita entre a equipe de Infraestrutura e um desses provedores, possibilitou o aumento da banda de dados contratada em 40Mbps, sem alteração dos valores praticados no contrato. A medida redundou no aumento de 66,6% (sessenta e seis inteiros e sessenta centésimos por cento) do objeto, sem ônus para o MPSE.

144

Emissão de certificados digitais para serviços do MPSE

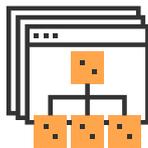


2016:

No intuito de garantir a segurança e a criptografia de dados nos serviços e sistemas publicados pelo MPSE, foi efetuada a contratação de empresa capacitada para emitir certificados digitais válidos para os sistemas e serviços que requerem o nível de criptografia exigido nos sistemas e pelos protocolos de comunicação atuais.

145

Aquisição de unidades de módulos de fibra óptica



2016:

A iniciativa em tela objetivou a aquisição de *hardware* para implantação de módulos de comunicação específicos para o *switch core* do *Datacenter* do MPSE, com vistas a atender novas demandas de aumento de velocidade, no tráfego de dados entre os equipamentos que compõem a infraestrutura tecnológica de armazenamento e processamento de dados do *Datacenter* do Ministério Público de Sergipe.

Assim, foram contemplados 02 (dois) módulos de 24 (vinte e quatro) portas de conexão a 10 *Gigabits* por segundo.

Essa solução demonstrou-se mais vantajosa para atender à necessidade técnica, aproveitando os investimentos já realizados no *switch core*, além da disponibilidade oferecida por esse equipamento.

146

Aquisição/ contratação de licenças de acesso de usuário para servidor de correio eletrônico

2016:



Nesse ano, foi feita adesão a Ata de registro de preços do MPSE, para a aquisição/contratação, objetivando a regularização das licenças de acesso dos usuários do software corporativo de correio eletrônico.

Essas licenças são indispensáveis para manter a regularidade contratual junto à fabricante do *software* do serviço de correio eletrônico corporativo do MPSE, e ampliar o quantitativo das licenças de uso do sistema, atendendo à crescente ampliação das contas de correio eletrônico do MPSE.

147

Contratação de subscrições de licenças de software Adobe Creative Cloud for teams

2016:



No ano em tela também foi feita adesão a Ata de registro de preços do MPSE, para a aquisição/contratação, objetivando a assinatura por 3 anos do serviço de subscrição de licenças de *software Adobe Creative Cloud*.

Essas licenças são indispensáveis para aparelhar a equipe de Comunicação Institucional, que produz material multimídia com suíte de ferramentas específicas para este fim, proporcionando recursos necessários para o desenvolvimento das atividades.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA